



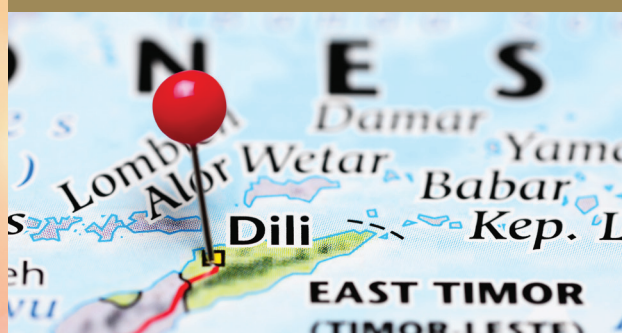
3.7m	455,444.65	62.01
7m	798,483.40	66.88
2m	60,703.52	27.64
6m	9,589.40	46.48
5m	67,265.54	30.59
5m	36,618.74	26.92
7m	65,102.50	74.51

Evolução recente da economia nacional



Capítulo 02

2.1.	Sector Real	36
2.2.	Finanças Públicas	42
2.3.	Sector Monetário e Cambial	49
2.4.	Sector Externo	57
2.5.	Balança de Pagamentos	60
2.6.	Desenvolvimento do Sistema Bancário em Timor-Leste	67





A última publicação das Contas Nacionais de Timor-Leste, cuja foi divulgado pela a Direcção-Geral de Estatística (DGE) em Janeiro de 2018, verificou-se que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto não-petrolífero (PIB) em 2016 foi de 5.3%, em termos reais, uma aceleração de 1.3% relativamente a 2015.

A DGE calculou um crescimento do PIB não petrolífero de 5,3% para 2016.

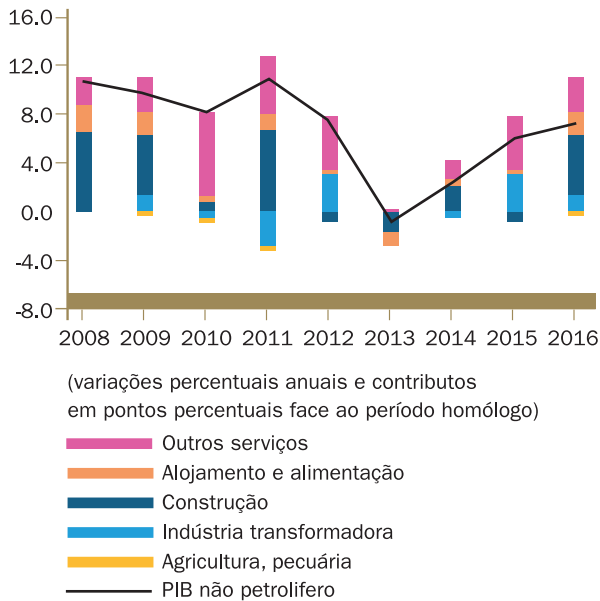
Sector Real

2.1.1. Produção, Despesa e Actividade Económicas

De acordo com esta publicação, o acréscimo do PIB decorreu maioritariamente da aceleração das actividades relacionadas com a construção e serviços da administração pública, que, com um peso combinado de 42% no PIB de 2016 (41,0% em 2015), registaram uma contribuição para o aumento do PIB de 2,8%. Pelo contrário, a contribuição combinada dos sectores da agricultura, indústria transformadora, tecnologias de informação e comunicação, alojamento e outras actividades de serviços inclui serviços financeiros, registaram um contributo de 3,2% para o crescimento do PIB, sendo, em conjunto, responsáveis por 58% do produto total (59% em 2015).

Gráfico 2.1.a

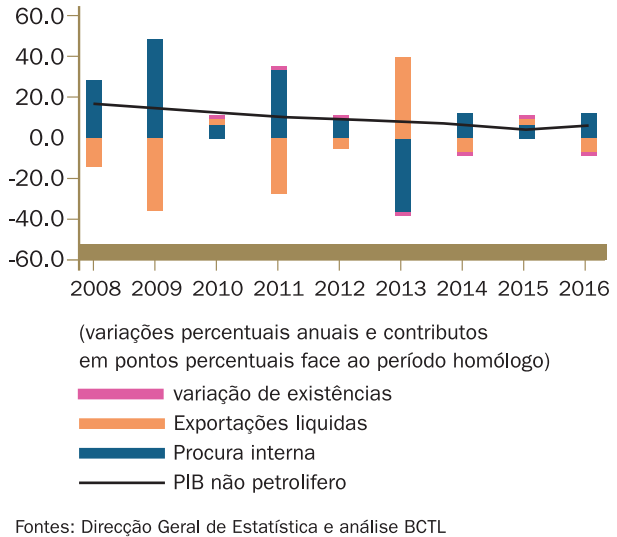
TL: Crescimento do PIB real e as suas composições; optica da produção



Fontes: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL

Gráfico 2.1.b

TL: Crescimento do PIB real e as suas composições; optica da despesa



A procura interna volta a crescer novamente em 2016, devida à subida do consumo privado e investimento públicos e privado

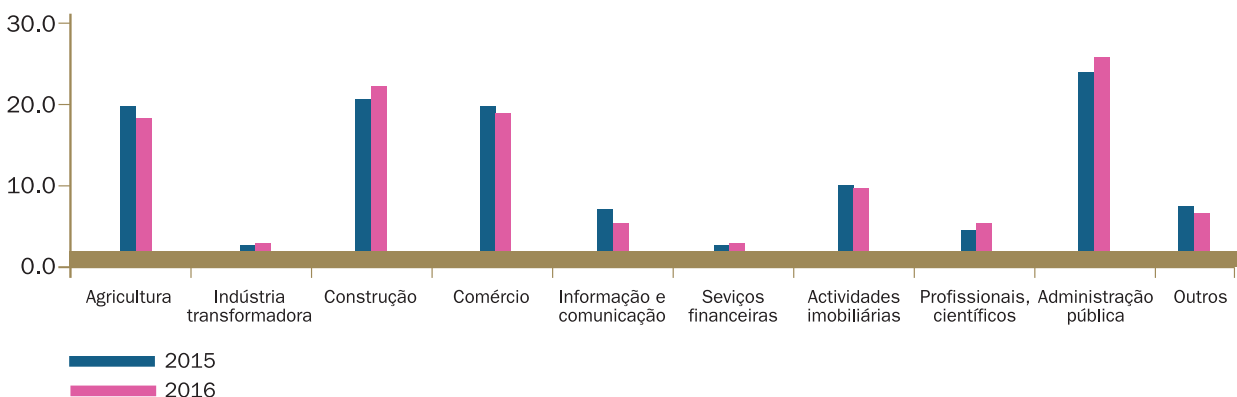
Os contributos para o crescimento do PIB, na óptica da despesa, podem ser observados no gráfico 1.b. A procura interna, depois de ter registado um abrandamento significativa em 2015, voltou a crescer novamente em 2016. O aumento da procura interna foi principalmente devido à subida do consumo privado, do investimento públicos e privado bem como da importação, que registaram acréscimos da ordem dos 6,0%, 18,3% e 7,2%, e 8,2%, respectivamente. Enquanto o consumo público registou um decréscimo de 0,2%.

o sector da administração pública em 2016 manteve a sua posição dominante na economia doméstica.

Note-se que, em termos sectoriais, segundo o gráfico 2.2, a administração pública manteve a sua posição dominante na economia em 2016, ao ser responsável por 24,2% do total do PIB, seguido pelos sectores do comércio (18,3%), construção (17,3%), que é também bastante dependente dos níveis de investimento público, agricultura (16,9%, cuja importância no PIB continuou a descer), actividades imobiliárias (11%), e indústria transformadora e serviços financeiros, cujo apenas representa 1,3% e 1,2% respectivamente.

Gráfico 2.2

TL: Estrutura do PIB por sectores (%)



Fontes: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL

O Governo, estima, no OGE 2017, uma taxa de crescimento de 5,4% e 3,9% para 2016 e 2017

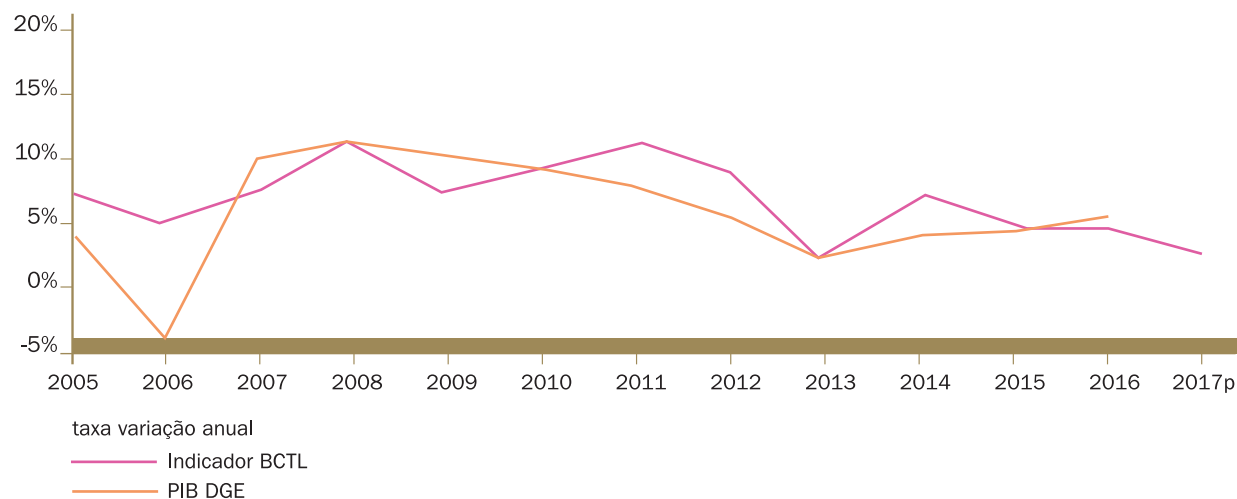
O Governo, na sua proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2017 (referimos ao OGE de 2017 pelo facto de que ainda não existe o programa e OGE para 2018), estima uma aceleração do PIB para 2016 de 5,4%, e um novo abrandamento para 3,9% em 2017 (OGE17 - Livro 1, pg. 18).

Note-se também que, seja as estimativas das Contas Nacionais anuais têm demorado cerca de 2 anos até serem divulgadas publicamente – no início de 2018, apenas existiam dados oficiais para 2016 – no entanto houve algum progresso, publicado mais cedo do que previamente. O BCTL, ao suportar o seu análise, desenvolveu e utilizava um indicador de actividade económica que lhe permite calcular de um modo simplista, mas em tempo útil, a evolução da economia doméstica. Este indicador utiliza toda a informação disponível relativa a um conjunto de sectores da economia nacional – importações, despesas publicas (despesa total e de capital desenvolvimento, sector financeiro e receitas doméstica – para calcular uma média simples das variações anuais de um conjunto de componentes relevantes extraído dessa base de dados. Com efeito, este indicador não pretende substituir os dados relativos às contas nacionais, mas antes complementar e permitir medir o comportamento da economia doméstica de uma forma atempada e relevante para a discussão e formação de políticas económicas adequadas.

Conforme se evidencia no gráfico 2.3, o indicador do BCTL permite-nos calcular taxas de crescimento anuais da economia para 2017.

Gráfico 2.3

Crescimento do PIB real e Indicador Económico



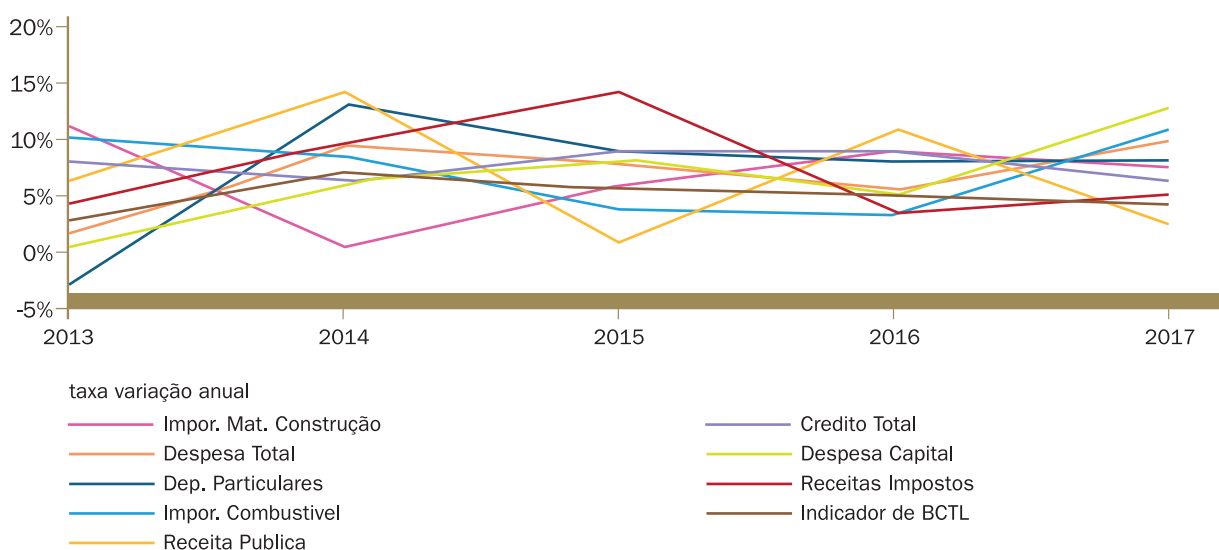
Fonte: DGE, Ministério das Finanças e BCTL

De acordo com o indicador do BCTL, a economia doméstica parece ter desacelerado em termos de crescimento em 2017, para 3,5%, face ao crescimento de 4,4% (5,3% das Contas Nacionais do DGE) registado em 2016. Será ainda de notar que o comportamento da economia em 2017, medido pelo nosso indicador, se encontra em linha com as previsões do Ministério das Finanças (3,9 – OGE 2017) e do FMI (Art. IV, Outubro 2017), embora a previsão do FMI para 2017 seja ligeiramente inferior (3%), face ao valor apurado pelo nosso indicador de actividade (3,5%).

No sentido de melhor perceber a evolução da economia não petrolífera nacional, apresentamos ainda em baixo o desempenho dos vários componentes do indicador de actividade, que nos fornecem uma indicação da evolução económica dos sectores domésticos mais relevantes (e para os quais existem actualmente dados), como as importações, as despesas públicas e o sector financeiro, bem como as receitas domésticas. O gráfico 2.4 apresenta a taxa de crescimento de cada sub-indicador, normalizada em termos da taxa média de crescimento da economia/PIB não petrolífero.

Gráfico 2.4

Indicador de Actividade Económico



Fonte: DGE, Ministerio das Financas e BCTL

Conforme se pode constatar, a desaceleração do crescimento em 2017 (linha a preto) deve-se a uma descida do ritmo de expansão dos componentes do indicador nos mesmos anos, com a excepção das actividades das importações de combustíveis materiais de construção, crédito e receitas de impostos. Será ainda de destacar que, apesar da descida dos vários componentes, assistiu-se apenas a um ritmo global de abrandamento ligeiramente em 2017 (3,5%).

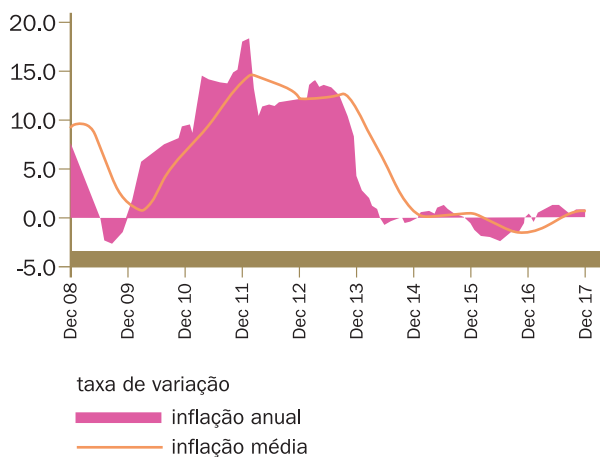
Todavia, não obstante a manutenção de taxas de crescimento positivas entre 2013 e 2017, com um crescimento de 4%, em média, a economia doméstica registou um abrandamento substancial face aos ritmos de expansão verificados entre 2008 e 2012 (com taxas médias de 8% por ano). Se bem que parte desta desaceleração tenha resultado do abrandamento do ritmo de aumento da Despesa Pública, resultando positivamente na estabilização das pressões inflacionistas domésticas, a evolução económica dos últimos 5 anos revela também que a nossa economia continua altamente dependente das políticas e programas de despesa pública, continuando a adiar-se a concretização de um processo de desenvolvimento e de investimento liderado pelo sector privado.

Continuamos a destacar de que, o “arranque” do sector produtivo nacional é hoje particularmente necessário e completamente importante para fazer face aos desafios crescentes em termos da criação de emprego para a nossa jovem população e preparar o país para um cenário, a prazo, de necessidade de implementar uma redução do nível de despesa e de investimentos públicos, perante a redução substancial das futuras receitas petrolíferas e/ou dos rendimentos acumulados no Fundo Petrolífero.

2.1.2. Preços e inflação

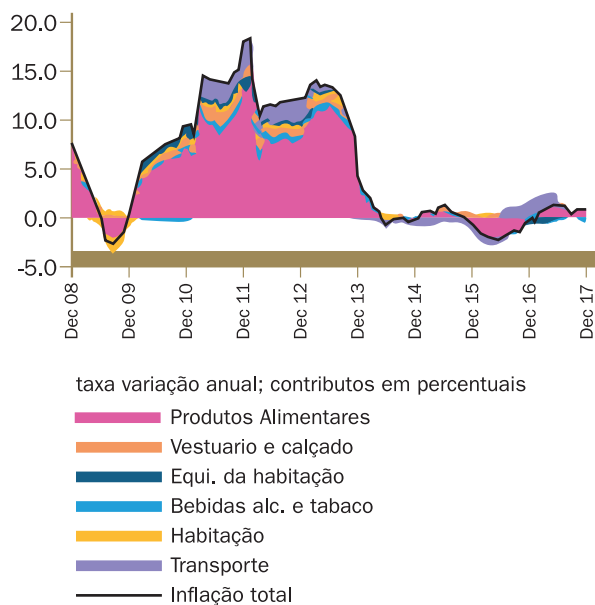
A inflação anual na cidade de Dili, segundo a DGE, situou-se nos 0,6% em Dezembro de 2017, correspondente a uma subida de cerca de 0,5 pp face aos 0,1%, verificados no mesmo período de 2016. Durante o ano de 2017, a taxa de inflação doméstica, calculada com base no índice de preços ao consumidor (IPC) pela DGE, recuperou ao sinal positivo, em comparação com a taxa negativa durante o ano de 2016. Pode-se verificar, em termos de médias anuais, os dados do IPC de Díli revelam que a taxa de inflação anual se situou em -1,6%, e 0,6% em 2016 e 2017, respectivamente.

Gráfico 2.5
TL Inflação (Dili)



Fontes: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL

Gráfico 2.6
TL Inflação (Dili)



Fontes: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL

O quadro 1 mostra as seguintes tendências ao nível da decomposição do IPC por grandes grupos de bens/serviços:

- Produtos alimentares – continua dominando o cabaz do IPC, com um peso de 64,3%, registaram um aumento de preços de 0,7% (0,3% em 2016), contribuindo com 0,5% para a inflação anual em Dezembro de 2017.

- Produtos não alimentares – com um crescimento anual de 0,3% nos preços (-4,2% em 2016), contribuíram com 0,09 pp para empurrar a subida da inflação total em Dezembro de 2017.

O aumento da inflação deveu-se à subida da inflação externa..

O aumento ligeiro da inflação em 2017 em parte a dever-se, maioritariamente, à subida da inflação externa, apesar da relativa estabilidade das moedas dos parceiros económicos de Timor-Leste face ao dolar, e da subida dos preços internacionais das “commodities”. No entanto, esta subida dos preços foi anulado com a depreciação das divisas regionais, resultou, assim, na diminuição do preço dos bens importados dos principais parceiros comerciais do nosso país. Este efeito foi ainda reforçado pelo abrandamento do ritmo de crescimento económico doméstico nos últimos anos, quando comparadas com elevadíssimo crescimento verificado entre 2008 e 2012, conseqüentemente, apenas um aumento suave na inflação doméstica.

Quadro 2.1. Produtos com maior variação anual (%) - Dili

Classes de Produtos	Dez 16	Mar 17	Jun 17	Set 17	Dez 17
Produtos Alimentares	0,29	1,36	1,55	0,39	0,67
Bebidas alc. e tabaco	4,01	1,45	0,50	0,17	-0,59
Vestuário e calçado	0,94	0,00	0,00	0,37	0,47
Habituação	-1,94	-2,04	-0,49	-0,30	0,59
Equi. da habitação	-6,61	-3,90	-1,35	1,06	2,15
Saúde	2,13	2,13	0,00	0,00	0,00
Transporte	16,69	20,02	19,89	0,00	0,00
Comunicação	-9,18	-9,18	-8,56	0,27	1,23
Rec. & culto.	-26,86	-28,51	-28,51	-1,99	-0,63
Educação	-16,82	-20,00	-20,00	-1,62	-0,92
Inflação total	0,10	0,58	1,08	0,29	0,58

Fonte: Direcção Geral de Estatística e análise BCTL



A política do governo em assegurar o nível prudente de despesa pública através da manutenção do volume geral do orçamento e da revisão dos programas existente, resulta na redução do OGE para 2017.

O Governo, previa o seu OGE para 2017 uma cobrança da receita interna da ordem de 206 milhões de USD....

2.2

Finanças Públicas

2.2.1. Programa Orçamental Para 2017

O Governo, previa, no seu orçamento geral do estado para 2017, conforme foi inscrito no quadro 2.2, uma previsão de cobrança de receitas internas da ordem dos 206 milhões de USD. Este valor resulta num crescimento esperado da receita total de 20,4%, dos quais 149 milhões de USD correspondiam a receitas fiscais, ou 72,4% do total da receita, traduzindo-se num aumento nominal de 28,3% deste tipo de receita relativamente a 2016 (ou 33 milhões de USD).

...e foi aprovado um valor de 1,387 milhões de USD para a sua despesa total em 2017.

Em termos da despesa, o montante global orçamentado para 2017, aprovado pelo Parlamento Nacional, foi de 1.387 milhões de USD, dos quais 1.037 milhões de USD se destinavam ao funcionamento da despesa corrente e 349 milhões de USD ao financiamento do capital de desenvolvimento (incluindo empréstimos externos), representando uma variação nominal de -7,3% e -58,1% respectivamente em relação à 2016.

Quadro 2.2. Orçamento do Estado e Execução

Rubricas	2016		2017		Taxa de variação			Taxa de Execução 2017
	Realizado	Orçamentado	Realizado	Orçamentado	2016	2017		
					Realizado	Orçamentado	Realizado	
Receitas Totais	212	206	203	0.6	9.1	20.4	-4.0	98.4
Receitas Fiscais	142	149	127	-7.3	18.2	28.3	-10.0	85.4
Receitas Não Fiscais	46	52	48	23.7	5.0	12.6	4.2	92.4
Receitas Retenção de Agências	8	5	6	16.7	19.5	-43.4	-27.8	113.1
Outros Passivos de Longo Prazo	16	0	22		-32.0		35.9	
Despesas Totais	1718	1387	1225	24.4	28.2	-29.0	-28.7	88.3
Despesa corrente	1069	1037	961	-4.7	0.1	-7.3	-10.0	92.7
Capital Dez. (inc. Empréstimo)	650	349	264	110.5	100.8	-58.1	-59.4	75.5
Saldo Global antes Donativos	-1507	-1181	-1022	27.3	31.4	-33.7	-32.2	86.6
Donativos	160	157	153	-35.4	-28.3	9.2	-4.3	97.6
Saldo Global após Donativos	-1347	-1024	-869	39.1	45.9	-37.5	-35.5	84.9
Financiamento	1705	1181	1103	-0.6	45.7	-15.1	-35.3	93.4
RSE	545	482	482	-14.7	-14.7	-11.6	11.5	100.1
Excesso retiradas do Fundo Pet.	1130	597	597	7.3	76.5	-19.2	-47.2	100.0
Uso do saldo de caixa	0	0						
Empréstimo	30	102	24	52.9	26.9	-4.9	-21.2	23.4

Fonte: TL Portal da Transparência, Livro OGE no. 1, GAE e análise do BCTL

2.2.2. Execução do OGE em 2017

2.2.2.1. Receitas

Uma das principais prioridades do Governo é reduzir a dependência do País ao fundo petrolífero. Os esforços na constituição das receitas domésticas permanecem fundamentais nas discussões e planeamento no orçamento do governo. No livro de OGE para 2017, por exemplo, o governo descreve esta política de reforma tributária para melhorar e aumentar as receitas domésticas, oriundo dos recursos não petrolífero.

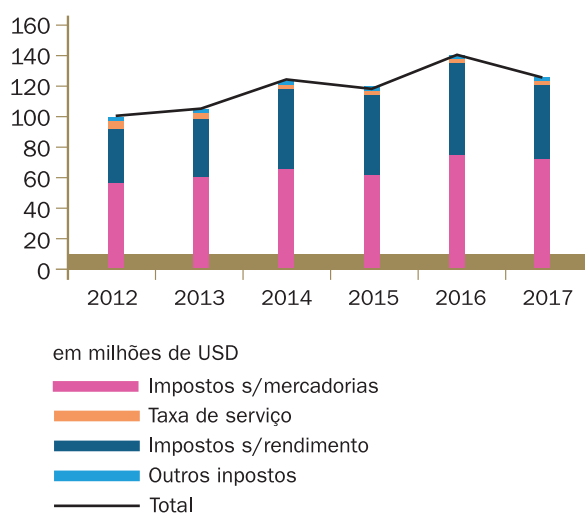
As receitas domésticas recebidas em 2017 atingiram os 203 milhões de USD, (-4% em termos anuais).

Note-se que, em linha com a expansão da economia nacional, as receitas domésticas têm subido significativamente nos últimos anos, excepto em 2017, com o abrandamento da economia, as receitas actualmente recebidas foram ligeiramente reduzidas. As receitas domésticas recebidas em 2017 atingiram os 203 milhões de USD, com uma redução nominal de 4%, o que reflectiu, principalmente, as descidas de: (i) 14 milhões de USD na componente fiscal, que passaram de 141,6 milhões de USD em 2016 para 127,5 milhões de USD em 2017; (ii) 2 milhões de USD das receitas de instituições autónomas do estado, passando de 8 milhões de USD em 2016 para 6 milhões de USD em 2017. Porém, o impacto da redução das receitas acima referido, foi contrariado pelo aumento de fundos oriundos de receitas não fiscais (principalmente de taxas/"fees" e taxas de serviços) de 2 milhões de USD, de 46 milhões de USD em 2016 para 48 milhões de USD em 2017, e dos empréstimos de longo prazo de 6 milhões de USD, de 16 milhões de USD em 2016, para 22 milhões de USD em 2017.

O gráfico 2.7 evidencia as variações da receita total dos impostos e das suas principais componentes, designadamente, os impostos que incidem sobre o rendimento das pessoas e empresas e os impostos cobrados sobre a importação de mercadorias.

Gráfico 2.7

TL - Evolução das Receitas Fiscais



Fontes: TL Portal de Transparencia e análise do BCTL

2.2.2.2. Despesa

O governo manteve um desempenho quase semelhante à de 2016, ao nível da execução da despesa, tendo gasto 88,3% do OGE. O montante efectivamente gasto foi inferior ao de 2016, avaliando-se em 1.225 milhões de USD, resultando numa redução nominal anual de 28,7%. Esta redução deveu-se ao decréscimo substancial do próprio OGE para 2017 em 29%, principalmente do investimento público, de 58,1% relativamente à 2016, passando de 833 milhões de USD em 2016 (inclui o orçamento rectificativo) para 349 milhões de USD em 2017.

Despesa Corrente

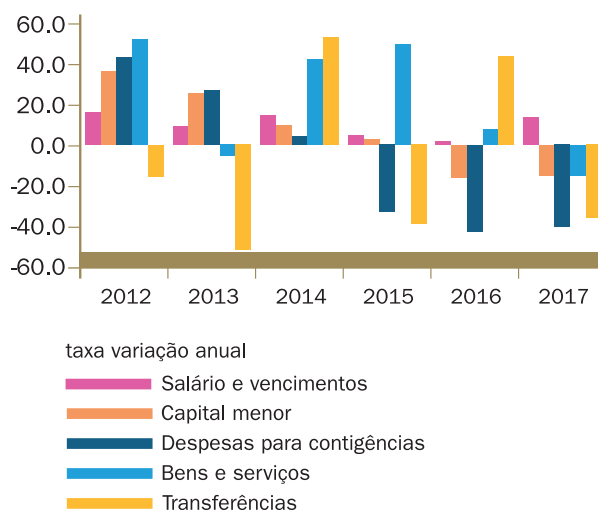
A despesa efectivamente executada avaliou-se em 1.225 milhões de USD, correspondendo a uma taxa de execução global do OGE de 88,3%.

A redução substancial da despesa pública global, foi como consequência também da descida do nível de despesa corrente, registou um decréscimo nominal de 10,% em 2017. Note-se que as despesas correntes continuaram a ser o principal componente dos gastos públicos, ao registarem 961 milhões de USD, ou cerca de 78,5% da despesa total em 2017, depois de ter registado 1.069 milhões de USD em 2016 ou 62,2% da despesa total.

O gráfico 2.8 apresenta a evolução da taxa de crescimento das principais componentes da despesa corrente. A execução é calculada como a soma dos “pagamentos” e as “obrigações” assumidas para cada categoria.

Gráfico 2.8

TL Evolução das Despesas Correntes



Fontes: TL Portal de Transparencia e análise do BCTL

As transferências e subsídios continuam a ocupar a maior posição em termos das despesas correntes (41,7%) em 2017

Os gastos correspondentes a transferências (sobretudo subsídios pessoais e institucionais) continuam a ocupar a posição de maior componente dentro das despesas correntes (41,7%) em 2017, depois de ter ultrapassado a despesa em bens e serviços em 2016. Bens e serviços, por sua vez, ocuparam segundo lugar ou cerca de 35,5%, seguido dos salários e vencimentos (20,4%). Note-se ainda que, dentro de componente das transferências públicas, inclui a alocação do orçamento para o programa de desenvolvimento da região de Oecuse (171,9 milhões de USD), integrada no projeto da Zona Especial de Economia Social de Mercado – ZEESM, dos quais regista uma descida nominal de 21,1% relativamente à 2016, representando 42,9% do total de transferências efectuadas em 2017. Por outro lado, o orçamento alocado ao programa de apoio social, incluindo subsídios a ex-combatentes de libertação nacional atingiu 23,6% do total orçamento para a categoria de transferências, ou 7,7% do total do OGE, tendo reduzido cerca de 3,2% face ao ano de 2016, com uma taxa de execução de 92,8% face aos 97,8% de 2016.

Despesa de Capital e Desenvolvimento

As despesas em bens de capital foram orçadas em 349 milhões de USD....

O governo estimava no OGE de 2017 uma despesa global em bens de capital e de desenvolvimento no valor de 349 milhões de USD, dos quais se executaram apenas 264 milhões de USD, ao que corresponde uma taxa de execução de 75,5%.

.... dos quais, a maior parte, 99,5%, se destinava a infraestruturas. A taxa de execução desta categoria foi 75.1%.

A maior parte (99,5%) da despesa do capital e desenvolvimento foi alocada ao programa de construção de infraestruturas, tendo-se executado apenas 75,1% do plano orçamentado, com o programa respeitante a estradas a ser responsável pela maior fatia dentro das despesas de infraestrutura, 38,6% do total orçamentado, enquanto que, em termos de execução, o respectivo peso atingiu 70%, seguido de projetos de Tasi Mane e água e saneamento, com um peso de 19,3% e 9,2% do orçamentado e com uma taxa de execução de 100,5% e 1% respectivamente.

O quadro 2.3 sintetiza a informação sobre os programas existentes ao nível do Fundo das Infraestruturas (FI) de valor superior a 5 milhões de USD, incluindo a respectiva dotação orçamental e o montante efectivamente gasto durante o ano de 2017.

Quadro 2.3. Detalhes do Orçamento de Infraestrutura (milhões USD)

Classes de Produtos	Orçamento	Obrigações	Real	Execução %
Total	1386.83	40.13	1184.78	88.3
Capital de Desenvolvimento	349.37	23.41	240.21	75.5
Infraestrutura	349.37	22.84	239.38	75.1
Estradas	135.0	0.3	1.9	1.6
Tasi Mane	67.6	-	-	0.0
Água e saneamento	32.2	0.2	0.3	1.6
Aeroportos	18.2	-	7.2	39.3
Programa de Empréstimos	15.2	0.2	0.0	1.4
Planos integrado de desenvolvimento distrital	14.7	0.3	6.8	47.8
Energia Eléctrica	12.4	-	0.0	0.3
Pontes	7.8	-	-	0.0
Programa de Manutenção e Reabilitação	7.1	0.2	5.0	73.2
Programa Sector das Finanças	7.0	-	-	0.0
Boa governança e gestão institucional	6.8	-	-	0.0
Desenvolvimento Rural e Urbano	5.5	0.1	12.2	221.3

Fonte: Portal de Transparência de Timor-Leste

O primeiro ponto relevante diz respeito à quase uma manutenção da taxa de execução do FI em 2017, de 75,1% face à taxa de 76,3%, registada em 2016. Repare-se que, se calcularmos a taxa de execução apenas com os valores efectivamente pagos, então esta baixou para 68,5%, uma taxa praticamente idêntica (mas um pouco acima) à do ano anterior de 67,7%.

... ou apenas 25,2% do total orçamento

O segundo ponto a salientar é o facto de que, pese embora o orçamento de Estado alocado ao FI representar 25,2% do total da despesa orçamentada (42.6% do OGE de 2016), as despesas efectuadas foram de 21,4% do total executado, logo inferiores à importância das despesas efectuadas ao nível do FI em 2016 (37,1%).

2.2.2.3. Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento

O Governo previa para 2017 um valor de transferências do FP de 1.079 milhões de USD para o financiamento do OGE...

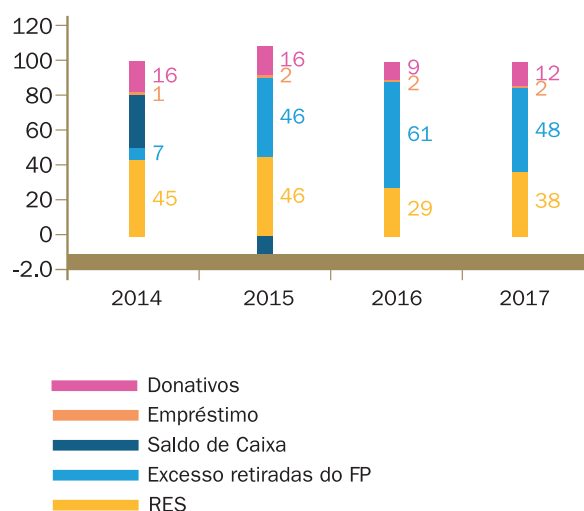
O Governo de Timor-Leste previa no seu programa orçamental para 2017, um défice global antes de doações de cerca de 1.181 milhões de USD, que seria financiado com recurso a: doações de 157 milhões de USD; empréstimos externos no valor de 102 milhões de USD; e transferências do Fundo Petrolífero (FP) no valor de 1.079 milhões de USD. No que se refere a fundos provenientes do FP, 482 milhões de USD correspondem ao rendimento sustentável estimado (RSE) do FP e o saldo remanescente de 597 milhões de USD, a uma redução efectiva do capital do FP, dado que excede o respectivo RSE. Efectivamente, o

... dos quais apenas 482 milhões de USD correspondem ao rendimento sustentável estimado (RSE)

déficit global antes de doações fixou-se em 1.022 milhões de USD em 2017. Na sua execução orçamental o Governo recorreu-se às seguintes fontes para o financiamento do déficit: (i) Doações no valor de 153 milhões de USD, (ii) Empréstimos Externos no valor de 24 milhões de USD, e transferências do FP no valor total de 1.079 milhões de USD.

Gráfiku 2.9

TL: Fontes de Financiamento do Déficit



Fontes: TL Portal da Transparência, Livro OGE no. 1, GAE e análise do BCTL

Em 2017 o excesso de levantamentos acima do RSE do FP foi muito maior, ascendendo a 38% do déficit público.

déficit global antes de doações fixou-se em 1.022 milhões de USD em 2017. Na sua execução orçamental o Governo recorreu-se às seguintes fontes para o financiamento do déficit: (i) Doações no valor de 153 milhões de USD, (ii) Empréstimos Externos no valor de 24 milhões de USD, e transferências do FP no valor total de 1.079 milhões de USD.

A análise da evolução do déficit e da sua estrutura de financiamento mostra que a maior parte do déficit foi financiado por transferências do FP. Nota-se de que, nos últimos três anos o efectivo da retirada do FP foi superior a 100% do déficit, cerca de 111,5, 111,1% e 105,6 (em 2015, 2016 e 2017) respectivamente. Porém, em 2017, a redução do capital do FP (levantamento acima do RSE) tendo financiado 38% do déficit de 2017, regista uma redução nominal de 47,2% ou de 533 milhões de USD face 2016.

Estas observações permitem constatar a continuidade da enorme dependência dos orçamentos de Estado relativamente ao financiamento com origem nas receitas petrolíferas ou, mais especificamente, das transferências originárias do Fundo Petrolífero, num valor que excede substancialmente o rendimento sustentável do Fundo.



A Base Monetária, que é uma das variáveis determinantes em termos de política monetária, aumentou em 2017 cerca de 82,7 milhões de USD (90,7%), dos quais, maior parte deste subida, 82,1 milhões de USD (99,3%) na forma de depósitos bancários em USD no BCTL

A Base Monetária aumentou em 2017 cerca de 82.7 milhões de USD (90.7%)

2.3

Sector Monetário e Cambial

2.3.1. Base Monetária (BM)

(principalmente relativos a contas da liquidação dos bancos junto do BCTL) e 0,6 milhões de USD na forma de numerário fora do banco central, cujo valor se estimava, no final de Dezembro de 2017, em 15,1 milhões de USD, regista um crescimento de 4,2% face 2016 (14,5 milhões de USD em 2016).

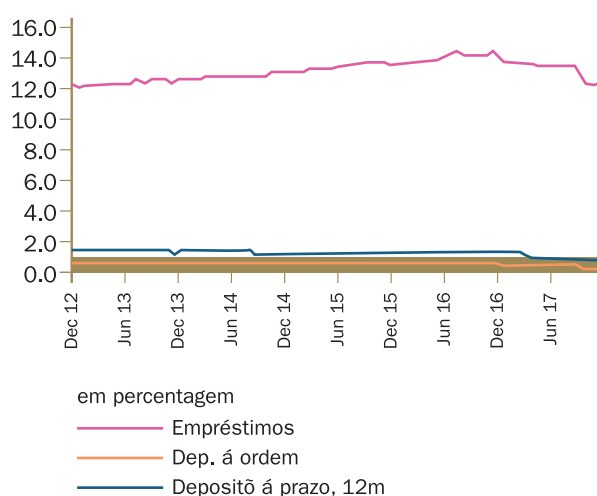
2.3.2. Taxas de Juro

Em 2017 a taxa de juro dos empréstimos bancários ao sector privado diminuiu em 2,02 pb para 12,5%.

O nível das taxas de juro médias ponderadas dos empréstimos continuam a ser relativamente elevadas, se comparadas com as do país emissor da moeda corrente no nosso país, o dólar dos Estados Unidos. De facto, a teoria económica diz que quando um país pequeno adopta como sua a moeda de um país grande as taxas de juro num e noutro tendem a convergir. Em Timor-Leste tal não se verifica, sobretudo para as taxas de juro do crédito, por diversas razões, sendo a principal o risco do negócio bancário, que inclui o risco de crédito de incumprimento dos devedores domésticos e o próprio risco do país.

Gráfiku 2.10

TL: Taxas de Juro dos Empréstimos e dos Depósitos



Fonte: BCTL

As taxas de juro dos empréstimos bancários ao sector privado diminuíram em 2,02%, conforme se pode observar no gráfico 2.10, para 12,46 em Dezembro 2017. Em termos média anuais, as taxas de juros de empréstimos situou em 12,9%, contra 14,2% em 2016. Pelo contrário, a taxa média paga pelos depósitos aumentou-se, no mesmo periodo, em 0,30%, fixando-se nos 0,61%, o que fez com que o “spread” (diferencial) entre as taxas activas e passivas diminuísse em 0,46%, para 12,68% em Dezembro de 2017.

Quadro 2.4. Taxa de juro média ponderada dos Bancos Comerciais
(Em percentagem)

Período	Empréstimos + 6 meses Libor	Depósitos a Ordem	Depósitos de Poupança	Depósitos a Prazo			
				1 mês	3 meses	6 meses	12 meses
2016 Dez	14.46	0.54	0.75	0.76	1.00	1.14	1.25
2017 Jan	12.94	0.35	0.26	1.28	1.49	1.76	2.08
Fev	12.94	0.35	0.26	1.26	1.47	1.72	2.04
Mar	12.95	0.41	0.26	1.36	1.52	1.77	2.09
Abr	12.95	0.41	0.26	1.41	1.55	1.76	2.07
Mai	12.88	0.43	0.25	1.44	1.59	1.77	2.06
Jun	12.85	0.41	0.26	1.56	1.63	1.77	2.04
Jul	12.87	0.42	0.26	1.60	1.67	1.80	2.04
Ago	12.88	0.41	0.26	1.61	1.68	1.79	2.04
Set	12.86	0.35	0.26	1.56	1.63	1.74	1.99
Out	12.88	0.35	0.26	1.56	1.66	1.80	2.04
Nov	12.92	0.35	0.26	1.59	1.70	1.86	2.09
Dez	13.09	0.30	0.27	1.62	1.72	1.85	2.08

Fonte: BCTL

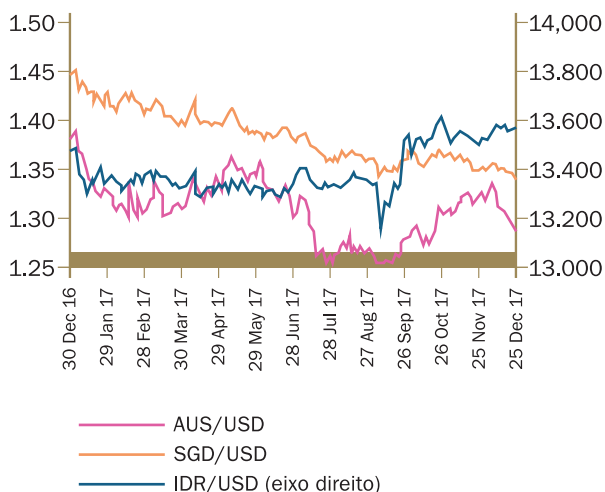
2.3.3. Taxa de Câmbio

O dólar norte americano continuou a apreciar-se em relação às principais moedas dos parceiros comerciais do país.

O dólar norte americano, a moeda oficial de Timor-Leste, registou uma ligeira depreciação face às divisas dos principais parceiros económicos ao longo do primeiro semestre de 2017, mas retomou a tendência de apreciação dos últimos segundo semestre do ano, conforme pode-se observar no gráfico 2.11. No conjunto do ano, o dólar apreciou-se em 0,7% face à rupia Indonésia, o principal parceiro de comércio de Timor-Leste. Ao contrário o que se passa com a rupia Indonésia, em média, o dólar norte americano desvalorizou-se face o dólar australiano por 2,9% durante o ano de 2017.

Gráfiku 2.11

TL: Taxas de Câmbio Nominais



Fonte: Bloomberg

Sendo o nosso país altamente dependente da importação de bens e serviços para satisfazer a procura doméstica, uma apreciação do dólar contribui para conter os preços de produtos importados e, por sua vez, estabilizar a inflação doméstica.

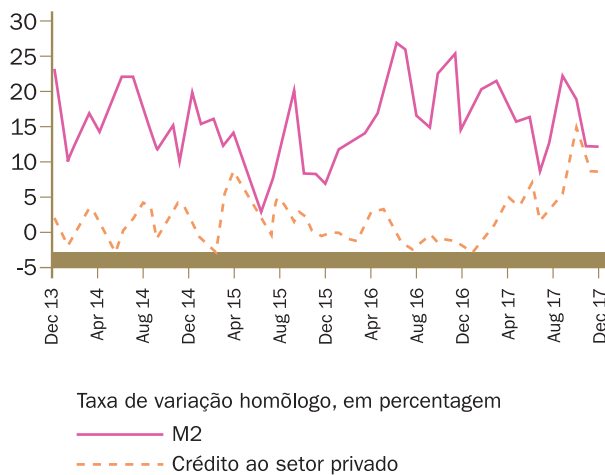
2.3.4. Massa Monetária

A compilação de estatística monetária e financeira permite analisar o desenvolvimento e mudanças no sistema monetário e financeiro do país.

O desenvolvimento do sector financeiro desempenha um papel vital no sentido de facilitar o crescimento económico e a redução da pobreza. A compilação e análise de estatísticas monetárias e financeiras permitem aferir o desenvolvimento e mudanças no sistema monetária e financeiro de um país. O Banco Central de Timor-Leste tem vindo a recolher e a compilar estas estatísticas com o objetivo de adquirir uma visão abrangente e detalhada dos sectores financeiros de Timor-Leste, a fim de apoiar o BCTL nas funções macro prudenciais e de condução da política monetária. Contudo e até à data, o BCTL ainda não dispõe de instrumentos de política monetária visto que o nosso país continua a utilizar como moeda oficial uma divisa estrangeira, o dólar norte-americano.

Gráfiku 2.12

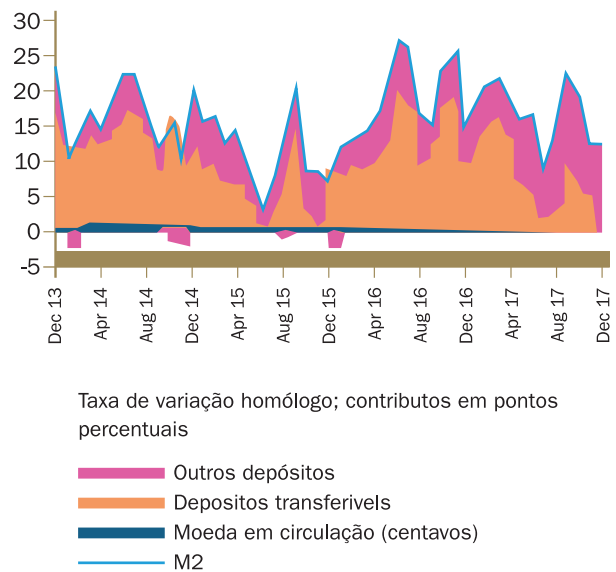
O crescimento do agregado monetário



Fonte: BCTL

Gráfiku 2.13

M2 e os seus componentes



Fonte: BCTL

Embora Timor-Leste seja uma economia “dolarizada”, é possível ao BCTL calcular razoavelmente a massa monetária agregada (o agregado M2,) que na maior parte dos países se usa como uma medida da disponibilidade de meios de pagamento, excepto a moeda em circulação. Como é habitual, a massa monetária em Timor-Leste é calculada pela soma da notas e moeda em circulação com os depósitos à ordem (que, como a parcela anterior, podem ser mobilizados imediatamente para efectuar pagamentos através de cheques) e a “quase-moeda” (os depósitos de poupança e prazo), valores que podem ser mobilizados a relativamente curto prazo para efectuar pagamentos.

Embora Timor-Leste seja uma economia “dolarizada”, é possível ao BCTL calcular razoavelmente a massa monetária M2.

O saldo do M2 ascendeu a 822,9 milhões de USD no final de Dezembro de 2017 – um aumento de 89 milhões de USD (16,3%)

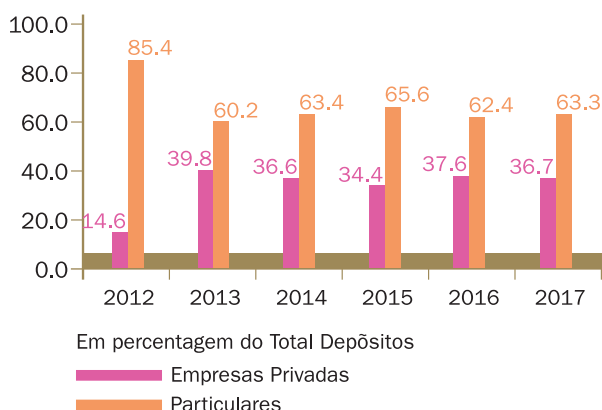
No gráfico 2.12 e 2.13, apresenta-se a evolução da massa monetária, o M2 aproximado para Timor-Leste, ao longo do período de 2013 a 2017. Note-se que os valores são aproximados pois que, como o país usa o dólar norte americano, é difícil calcular com exatidão o valor das notas e moedas em circulação. Porém, como esta deve constituir uma percentagem pequena e estável dos valores disponíveis para pagamentos, o M2 aproximado - o total das moedas, depósitos e quase-moeda – serve, razoavelmente, para medir o montante de moeda na economia nacional.

O saldo do M2 assim calculado ascendia a 822,9 milhões de USD no final de Dezembro de 2017 – aumento de 89 milhões de USD (16,3%) em relação ao mesmo período de 2016, o que se deve, naturalmente, à confiança dos agentes económica a sua própria actividade económica doméstica, estimulada pela as políticas económica do governo. É ainda importante analisar a evolução das componentes da massa monetária, conforme se pode observar no gráfico 13, do qual se constata o seguinte:

- Os depósitos totais foram determinantes no aumento da massa monetária, com um fluxo de 88,4 milhões de USD (aumento de 12,3%), registaram um crescimento quase idêntica ao do ano anterior, de 89 milhões de USD (14,1%). Enquanto as notas e moedas em circulação cresceram apenas 0,61 milhões de USD (4,2%), inverso ao um crescimento de 19,4% observa em 2016;
- Em termos de denominação, a componente de depósitos em moeda nacional (USD) cresceu em 88,4 milhões de USD (12,3%) e os depósitos titulados em moeda estrangeira diminuíram em 8 mil USD (-1,7%).
- Quanto à sua titularidade por sector institucional, conforme se pode observar no gráfico 2.14, constata-se que 63,3% de depósitos são detidos por particulares (aumentarem em 0,9% face 2016) e 36,7% por empresas privadas.

Gráfiku 2.14

Peso dos Depósitos por Titularidade



Fonte: BCTL

O endividamento do sector privado junto ao sistema bancário aumentou-se em 38.35 milhões de USD (21%)...

De acordo com o quadro 2.5 em baixo, a variação dos activos externos líquidos no valor de 158,8 milhões de USD foi a principal fonte de expansão monetária em 2017, a par do aumento dos outros responsabilidade líquidos, no valor de 64,8 milhões de USD, os depósitos do governo de 56,6 milhões de USD, e o crédito a economia, no valor de 51,7 milhões de USD (aumento de 25%), uma expansão significativa na concessão de crédito durante os últimos anos.

Quadro 2.5. Principais factores de variação da Massa Monetária (M2)
Em milhões de USD

	Fluxo Anual 2016	Fluxo Anual 2017
Crédito à Economia	-3,909	51,661
Governo	-76,855	-56,616
Reclamações do BCTL	0,001	-0,001
Depósitos	76,856	56,615
Activos Externo Líquidos	76,165	158,796
Outros liq.	-96,103	64,846
M2	91,504	89,017

Fonte: BCTL

2.3.5. Crédito à Economia

Em 2017, o endividamento directo do sector privado junto do sistema bancário de Timor-Leste aumentou-se em 38,355 milhões de USD (21%), para um saldo de 220,9 milhões de USD, conforme se pode verificar no quadro 2.6.

Quadro 2.6. Evolução do Crédito à Economia
Em milhões de USD

Sector	Saldo		Variação		contributos em pontos percentuais	Peso (%)
	Dez 16	Dez 17	Nominal	%		
Agricultura, Água e Florestas	3.95	5.74	1.79	45.4	1.0	2.6
Indústria e fabricação	2.47	11.43	8.96	362.0	4.9	5.2
Construção	48.62	64.88	16.26	33.4	8.9	29.4
Transportes e Comunicação	2.07	3.39	1.32	63.7	0.7	1.5
Comércio e Finanças	32.98	44.20	11.23	34.0	6.2	20.0
Turismo e Serviço	17.72	27.75	10.03	56.6	5.5	12.6
Particulares	74.69	63.46	-11.23	-15.0	-6.2	28.7
Total	182.50	220.86	38.35	21.0	21.0	100.0

Fonte: Bancos Comerciais e análise de BCTL

A análise da evolução de crédito à economia em 2017 mostra que o aumento (variação nominal) mais expressiva ocorreu no sector da construção, cujo crédito se subiu em cerca de 16,3 milhões de USD (33,4%), seguido do comércio e finanças (11,2 milhões de USD ou 34%), turismo (10 milhões de USD ou 56,6%), e industria (9 milhões de USD ou 36,2%), que, de fato, em termos de variação percentual, apresentou maior crescimento do que os outros setores no período. A agricultura e transporte, por sua vez, registaram um crescimento significativo, no entanto, com uma variação nominal muito reduzido, situa em 1,8 e 1,3 milhões de USD respectivamente. Porém, a diminuição do crédito ao sector individual amorteceu o aumento do total crédito no periodo, registando este sector uma descida de 11,2 milhões de USD (-15%) em 2017.

Os empréstimos de fraca qualidade tem vindo a reduzir-se nos últimos anos: repretavam apenas 14% do crédito concedido no final de 2017

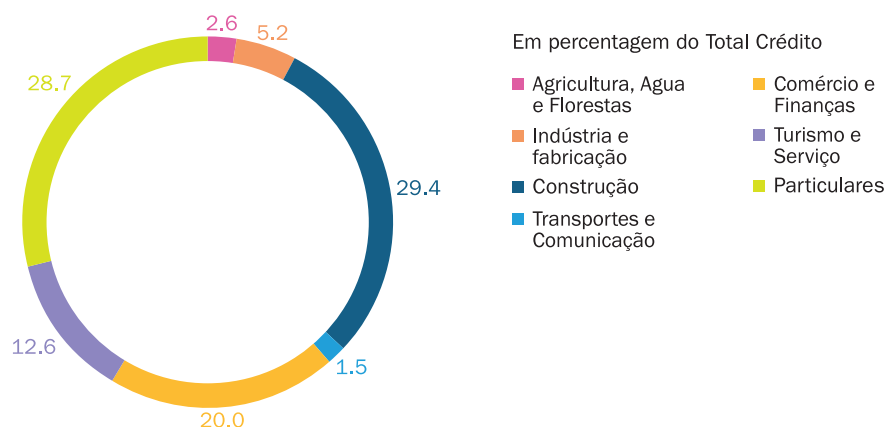
Para além da “quantidade” dos empréstimos importa analisar também a sua “qualidade”. Um indicador desta é o montante de “crédito de cobrança duvidosa”. No caso do sistema bancário de Timor-Leste, o montante desses empréstimos de fraca qualidade reduziu-se nos últimos anos: para 14% do total de crédito concedido no final de 2017 face aos 27%, 23% e 15% em 2014, 2015 e 2016 respectivamente. Porém, as instituições bancárias continuam bastante robustas em termos da sua capacidade de fazer face a este tipo de créditos de fraca qualidade, visto que o valor das provisões para risco de credito já constituídas é mais do que suficiente para cobrir estas perdas, ascendendo a 17% do crédito concedido no final de 2017.

De facto, a dimensão substancial deste crédito de cobrança duvidosa tem sido um dos factores justificativos da dificuldade na expansão do crédito bancário em Timor-Leste. Assim sendo, o valor agregado do credito tem-se mantido em níveis muito inferiores aos dos depósitos captados, fornecendo à banca comercial um excesso de liquidez que tende a ser aplicada preferencialmente pela banca em depósitos no estrangeiro.

Os emprestimos a construção sao a parcela mais importante do credito bancario, com peso de 29,4 % do total.

Em termos de composição do credito, os empréstimos a construção retoma a posição, com um peso de 29,4%, seguido pela particulares (28,7% do total), cujo foram os maiores parcela em 2016 (40,9%), e comércio e finanças (20%). Os sectores da agricultura e industria, dois importantes sectores para o desenvolvimento económico do País, representam apenas 2,6% e 5,2% do total de empréstimos concedido.

Gráfiku 2.15
Crédito por Sector de Actividade - Dez 2017



Fonte: BCTL

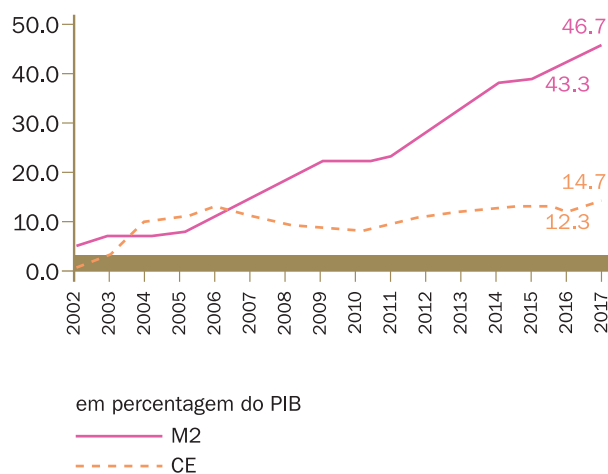


2.3.6. Indicadores de Aprofundamento Financeiro

O grau de aprofundamento financeiro, também é conhecido por grau de monetização da economia, dos quais pode ser medido com recurso ao rácio do M2 sobre o PIB. Este rácio aumentou 3,4% em 2017, para 46,7%. Por outro lado, outro indicador que podia ser utilizado para a monitorização do grau de aprofundamento financeiro, é o rácio de crédito sobre o PIB, cujo situou-se em 14,7%, subiu 2,5% no mesmo período em análise.

Gráfico 2.16

O crescimento do agregado monetário



Fonte: DGE, MoF Livro 1 OGE 2017 e BCTL análise



No final de 2017, o saldo das reservas internacionais líquidas fixou-se em 533 milhões de USD, correspondendo a uma subida de 263 milhões de USD no ano, depois da descida de 157 milhões de USD em 2016. Este saldo corresponde a 7 meses de cobertura de importação de bens e serviços (3 meses em 2016).

O saldo das reservas internacionais líquidas, no final de 2017, registou uma subida de 263 milhões de USD.

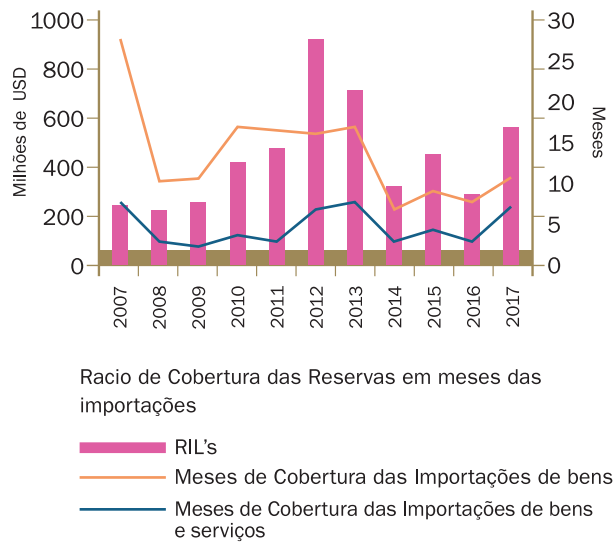
As RIL correspondem a 7 meses de cobertura de importação de bens e serviços

Sector Externo

2.4.1. Reservas Internacionais Líquidas (RIL)

O acréscimo das RIL do país em 2017 deveu-se, sobretudo, ao aumento de outros depósitos no montante de 249,7 milhões de USD, especialmente do investimento overnight, e de divisas/do saldo de caixa do BCTL (caixa forte e caixa de depósito bancário) no valor de 14,3 milhões de USD. Estas componentes, em conjunto com os diversos recebimentos e pagamentos ordenados pelo Estado e o levantamento de recursos do Fundo Petrífero a favor da conta do Estado junto ao banco central (1,079 milhões de USD em 2017) determinaram a evolução das reservas internacionais do país.

Gráfico 2.17
Reservas Internacionais Líquidas



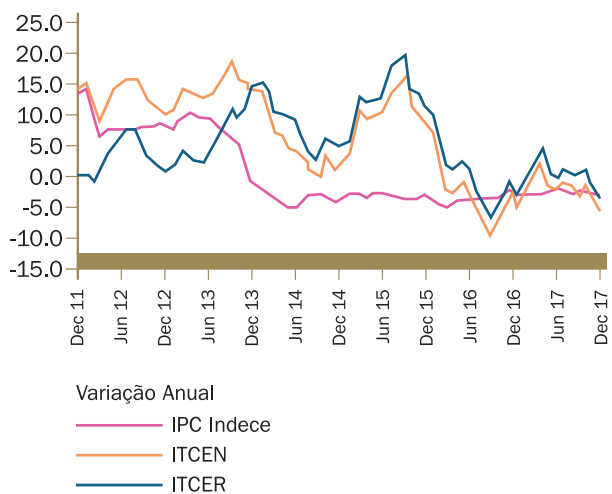
Fonte: DGE e BCTL

2.4.2. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real

O ITCER depreciou, em termos anuais, 2,7% em 2017

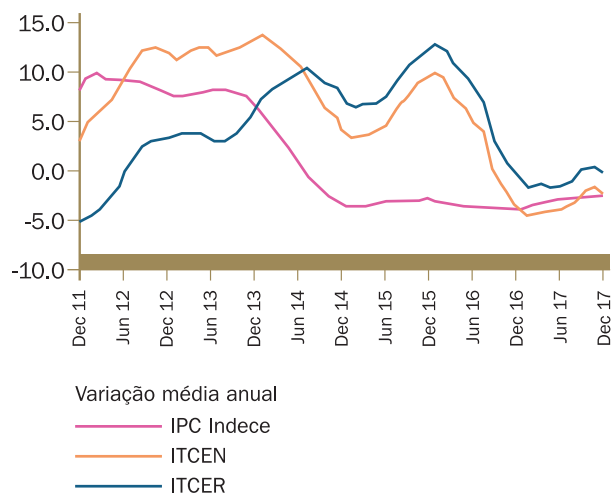
O Índice da Taxa de Câmbio Efectiva Real (ITCER) – um indicador que é utilizado para a avaliação da competitividade do país em termos de produtos nacionais transaccionáveis – depreciou-se 2,7% (variação homólogo) em 2017, após uma depreciação de 0.7% em 2016 (gráfico 2.18). Quanto, em termos média anuais, o ITCER apreciou-se no final do ano em 0.5%, depois de ter registado uma ligeira apreciação de 0.3% no final do ano de 2016 (gráfico 2.19).

Gráfico 2.18
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real



Fontes: Bloomberg e BCTL análise

Gráfico 2.19
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real



Fontes: Bloomberg e BCTL análise

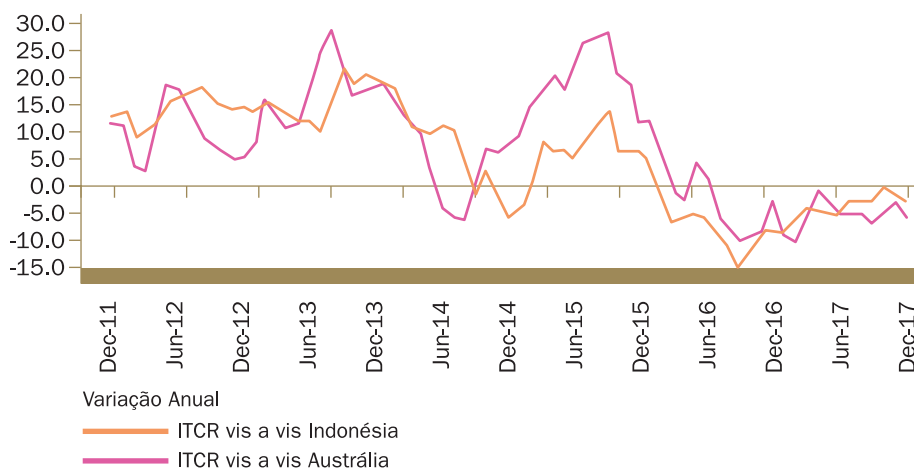
Esta evolução foi, por sua vez, determinada pela depreciação registada pelo Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Nominal (ITCEN) em 5% (variação homólogo), após uma depreciação de 2,4% em 2016.

Em termos bilaterais, face à moeda da Indonésia e Austrália, o ITCER depreciou, em 1.7% e 5% respectivamente

Em termos bilaterais, especificamente face às divisas da Indonésia e Austrália, dois dos principais parceiros comércio do país que compõem o índice, registou-se uma depreciação real de 1,7% e 5% respectivamente, após uma depreciação de 5,9% e 2,6% em 2016 (gráfico 2.20).

Gráfico 20

Índice de Taxa de Câmbio Efectivo Real



Fonte: Bloomberg e BCTL análise

A exportação de café continua a ser a principal, e quase única, exportação do nosso país, Timor-Leste. Contudo, os preços internacionais continuam a ser o determinante mais forte do preço deste tipo de exportação, visto que os respectivos volumes exportados são fracamente influenciados pela evolução destas taxas de cambio efectivas. Contudo, uma vez que a nossa economia continua a ser altamente dependente das importações para satisfazer a procura agregada doméstica, a depreciação do TCER deverá traduzir-se no aumento dos preços dos bens importados no mercado nacional e, conseqüentemente, das respectivas aceleração inflacionistas. Em termos bilaterais, nota-se que, os preços dos bens importados da Indonésia é mais kompetetivo do que da Austrália.



O saldo das contas externas de Timor-Leste continuou a deteriorar-se em 2017, no entanto, mostrou um ligeiro redução do défice da conta corrente (que exclui outros rendimentos primários) de 64 milhões de USD para 705 milhões de USD, o equivalente a 40,1% do PIB de 2017 (projecção), menos 5,3% face a 2016. Adicionalmente, o défice conjunto das contas correntes e de capital em 2017, que determina a necessidade global líquida de financiamento externo da economia Timorense, diminuiu em 4,5%, para 38,1% do PIB.

O saldo das contas externas de Timor-Leste continuou a agravar-se em 2017

... reflectindo a deterioração do défice da conta corrente (que exclui outros rendimento primário) para 705 milhões de USD

2,5

Balança de Pagamentos

Naturalmente, e por uma questão de equilíbrio contabilístico, este elevado défice das contas corrente e de capital teve que ser financiado por um saldo equivalente, mas de sinal contrario, na conta financeira. Em termos de fontes de financiamento do défice externo salienta-se a importância dos recursos relativos a participações no capital e investimento directo estrangeiro, depósitos do sistema bancário aplicados no estrangeiro, e ao investimento público (do fundo petrolífero) no exterior. Contudo, a necessidade de fazer face aos pagamentos para o exterior durante 2017, resultaram na redução global das reservas internacionais do país para 263 milhões de USD (15% do PIB).

Quadro 2.7. Balança de Pagamentos

	Milhões de USD			% PIB	
	2016	2017	Var %	2016	2017
Conta Corrente exclui Outros Rendimento Primário	-769.2	-705.2	-8.3	-45.4	-40.1
Conta Corrente	-545.5	-283.5	-48.0	-32.2	-16.1
Conta de Bens	-546.5	-614.8	12.5	-32.3	-34.9
Conta de Serviços	-568.6	-342.8	-39.7	-33.6	-19.5
Conta de Rendimentos Primários	543.1	735.3	35.4	32.1	41.8
Conta de Rendimentos Secundários	26	61	-329.9	1.6	-3.5
Conta Capital	47	34	-28.2	2.8	1.9
Conta Financeira	485	475	-2.1	28.7	27.0
Investimento Directo	-7	7	-193.4	-0.4	0.4
Investimento de Carteira	690	340	-50.7	40.7	19.3
Outro Investimento	-197	128	-164.9	-11.7	7.3
Erros e Omissões Líquidos	-144	38	-126.2	-8.5	2.1
Saldo Global	-13	226	-1890.1	-0.7	12.8
Activos de Reserva	157	-263	-268.0	9.3	-15.0

Fonte: BCTL

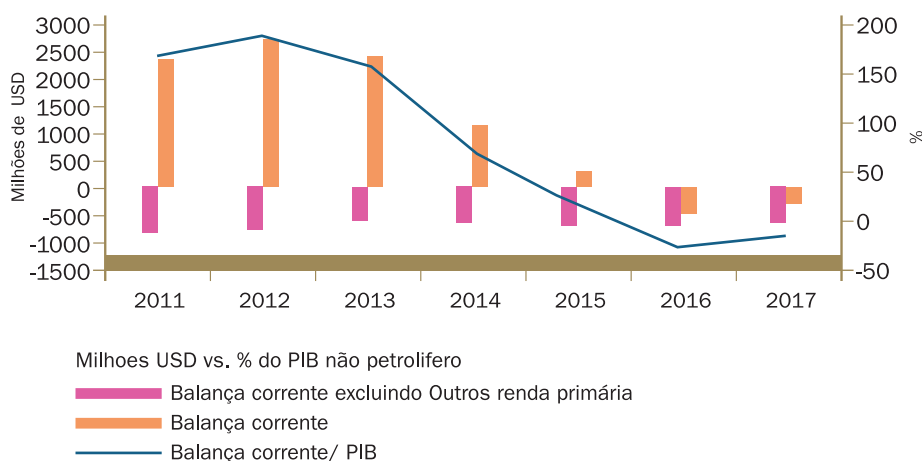
2.5.1. Conta Corrente

O aumento do rendimento do Mar de Timor e com a redução dos níveis de importações de serviços são os principais determinantes da diminuição do défice da conta corrente

Os dados relativos a transacções comerciais entre Timor-Leste e os seus parceiros em 2017, permitiram-nos apurar um défice corrente de 283 milhões de USD (incluindo outros rendimentos primários), ou cerca de -16% do PIB não petrolífero. Este saldo representa uma melhoria do défice em 48%, ou de 261 milhões de USD relativamente a 2016. O ligeiro aumento do rendimento dos recursos explorados no Mar de Timor (os impostos e royalties) em 2017, e com a redução dos níveis de importações de serviços são os determinantes principais da diminuição de défice da conta corrente da balança de pagamento de Timor-Leste em 2017. Contudo, a conta corrente (incluindo outros rendimentos primários - receitas petrolíferas) continua a registar-se um défice global em 2017.

Gráfico 2.21

TL BdP Conta Corrente



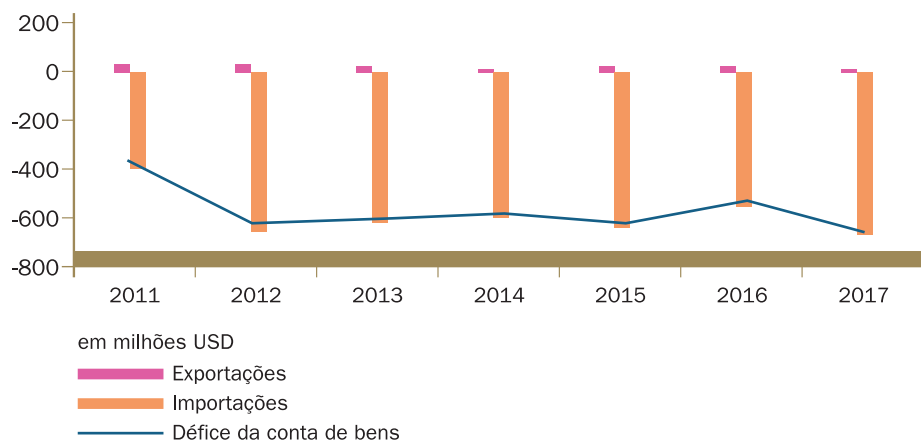
Fonte: BCTL

2.5.1.1. Conta de Bens

No ano em apreço o saldo devedor líquido da conta de bens foi de 615 milhões de USD, tendo deteriorado 12,5% em relação a 2016. Esta deteriorização foi explicada pelo uma diminuição de 16,7% das exportações para 17 milhões de USD, mas, sobretudo, pela aceleração das despesas com a importação de bens em 31,6% para 567,6 milhões de USD em 2017.

Gráfico 2.22

Conta Parcial de Bens



Fonte: BCTL

Exportações de Bens

Como é sabido, a quase única exportação do país — pelo menos aquela que é sistematicamente registada pelos serviços oficiais de estatística — é o café. A exportação do café é marcada por uma forte sazonalidade, concentrando-se quase exclusivamente no segundo semestre de cada ano, após a realização da colheita.

Quadro 2.8. Exportações por países

	Milhões de USD			% PIB	
	2016	2017	Var %	2016	2017
Estados Unidos de América	7.143	4.894	(31.5)	0,42	0,28
Indonésia	0,269	1,083	302,0	0,02	0,06
Portugal	0,283	0,937	231,0	0,02	0,05
Australia	0,470	0,531	12,9	0,03	0,03
Alemanha	3,309	3,297	(0,4)	0,20	0,19
Taiwan	0,094	0,573	507,1	0,01	0,03
Japão	0,574	0,547	(4,7)	0,03	0,03
Outros	6,007	2,095	(65,1)	0,35	0,12
Total	18.149	13.955	(23.1)	1.07	0.79

Fonte: DGE e BCTL análise

O valor do café exportados em 2017 diminuiu 23,1% face a 2016, para 14 milhões de USD , o equivalente a 0,8% do PIB, (baixou 0,3%). O principal destino das nossas exportações de café durante o ano de 2017 continua a ser os E.U.A., que, com um peso de 35,1%, recebeu 4,9 milhões de USD deste produto (quadro 2.8), menos 31,5% em relação a 2016.

Importações de Bens

Os principais produtos importados pelo país são os derivados do petróleo

Em 2017, registou-se um acréscimo das despesas com a importação de bens de 31,6% para 567,6 milhões USD.

Os principais produtos importados pelo país são os derivados do petróleo, seguidos dos veículos e máquinas mecânicas. Os bens energéticos representaram cerca de 19% do total de importações em 2017, tendo aumentado 42% para um sub-total de 120 milhões de USD.

Os cereais, que, por sua vez, representam apenas 5,4% do total das mercadorias importadas, registaram uma aceleração de 9,7% face o ano de 2016, após um aumento de 36% observado em 2016. O ligeiro aumento do valor de importações deste tipo de produto, em comparação com o do 2016, deveu-se à subida no preço dos mesmos cereais, embora com alguma depreciação das moedas dos parceiros comerciais em relação ao dólar.

A estrutura geográfica das importações e respectiva evolução figuram no quadro 2.9.

A China tem vindo a aumentar a sua importância em termos comerciais, representando 15.5% do total da importações em 2017

Quadro 2.9. Importações por países

	Milhões de USD			% PIB		
	2016	2017	Var %	Peso	2016	2017
Indonésia	136.78	179.28	31.1	31.6	8.1	10.2
China, República popular da	88.08	83.50	-5.2	14.7	5.2	4.7
Singapura	51.99	75.69	45.6	13.3	3.1	4.3
Hong Kong	52.17	59.22	13.5	10.4	3.1	3.4
Viet Nam	26.87	36.96	37.6	6.5	1.6	2.1
Thailândia	10.38	17.58	69.4	3.1	0.6	1.0
Austrália	11.48	13.55	18.1	2.4	0.7	0.8
Malásia	10.91	15.74	44.2	2.8	0.6	0.9
Japão	5.74	10.95	90.9	1.9	0.3	0.6
Brasil	9.66	15.17	57.0	2.7	0.6	0.9
Portugal	8.41	6.42	-23.7	1.1	0.5	0.4
Korea, República da	8.94	5.56	-37.8	1.0	0.5	0.3
Outros	24.53	48.04	95.9	8.5	1.4	2.7
Total	445.91	567.65	27.3	100	26.3	32.2

Fonte: DGE e BCTL análise

Porém, a Indonésia tem-se mantido como principal parceiro comercial do país

A composição geográfica das importações de bens não tem sido estável nos últimos anos. Saliente-se, contudo, que a importância relativa China tem vindo a aumentar gradualmente ao longo dos últimos anos. Este país mantém a sua 2ª posição, cujo foi alcançado no ano passado, em termos da origem das mercadorias importadas, ultrapassou a Singapura, ocupa 14,7% do total de importações, equivalente a uma descida de 5,2% para 83,5 milhões de USD. A Indonésia, que se tem mantido como o principal parceiro comercial do país, alcançou um peso de 31,6% em 2017, com as importações originárias deste país tenham aumentado substancialmente em 2017 (31,1%).

Quadro 2.10. Importações por tipo de produtos

	Milhões de USD			Peso	% PIB	
	2016	2017	Var %		2016	2017
Cereais (10)	29.08	31.91	9,7	5.4	1.7	1.8
Petróleo (27)	84.72	120.29	42,0	20.5	5.0	6.8
Máquinas mecânicas (84)	44.43	42.06	-5,3	7.2	2.6	2.4
Máquinas Elétricas (85)	25.77	31.40	21,8	5.4	1.5	1.8
Veículos (87)	56.89	69.97	23,0	11.9	3.4	4.0
Outros	205.03	291.13	42,0	49.6	12.1	16.5
Total	445.91	586.77	31.6	100.0	26.3	33.3

Fontes: DGE e BCTL análise

Nota: 1 - o número entre parenteses na primeira coluna é o da classe da pauta aduaneira

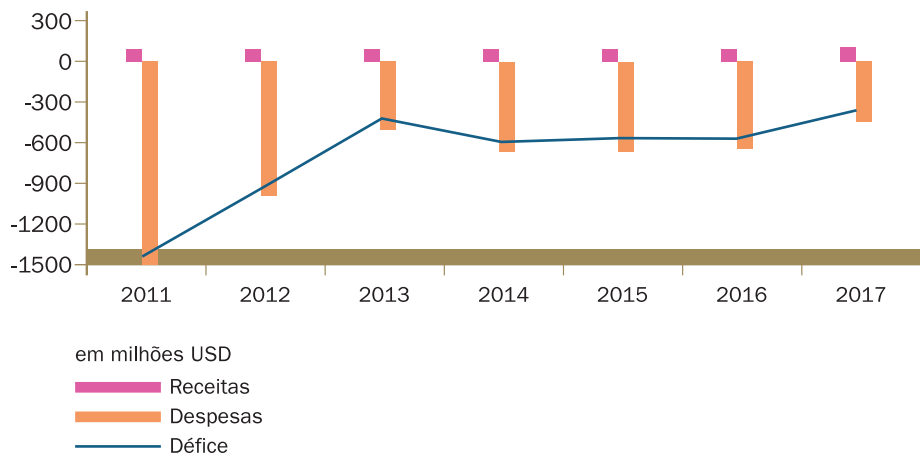
2.5.1.2. Conta de Serviços

Registou-se um saldo défice de 348 milhões de USD na conta de serviços em 2017.

Em 2017, registou-se um saldo défice de 348 milhões de USD para a conta de serviços, uma redução de cerca de 38,7%, equivalente a 220 milhões de USD quando comparado com o saldo de 2016. Segundo o gráfico 2.22, a redução foi liderada pelas exportações de serviços de (i) transporte, com uma melhoria de 42,7%, (ii) de viagem, com uma melhoria de 26,2%, (iii) e de outros serviços (incluindo serviços governamentais), com uma melhoria de 6,7%. Pelo contrario, o défice externo melhorou-se para os serviços de importações de construção em 67,3%, outros serviços de negócios em 26%, e de serviços governamentais em 34,4%.

Gráfico 2.23

TL Conta de Serviços



Fonte: BCTL

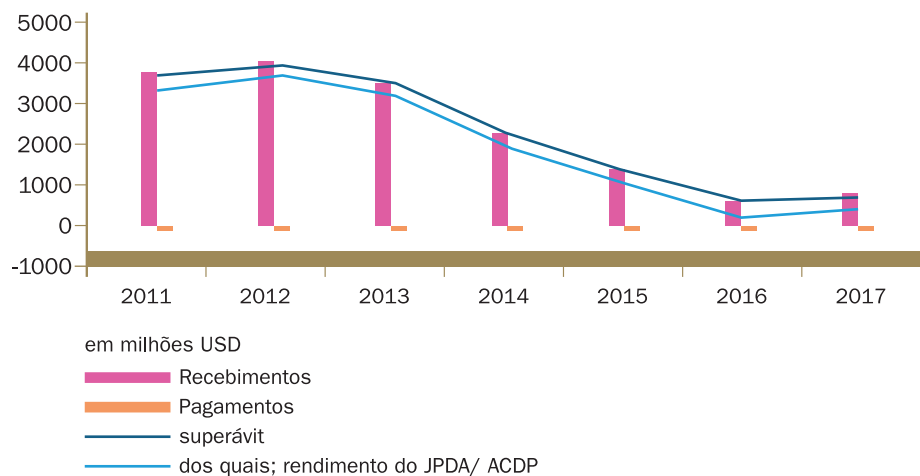
2.5.1.3. Conta de Rendimentos Primários

O ligeiro aumento dos rendimentos do fundo petrolífero resultou numa redução no défice do saldo global da balança de pagamentos de Timor-Leste

A subida dos preços do petróleo, em 2017, impulsionou um ligeiro aumento dos rendimentos do fundo petrolífero, as taxas e royalties recebidos da exploração petrolífera no Mar de Timor - a área conjunta de desenvolvimento do petróleo (JPDA) - e resultou num aumento ligeiro do saldo da conta de rendimentos primários em 2017. Este aumento resultou, por sua vez, na redução no défice do saldo global da balança de pagamentos de Timor-Leste. O gráfico 2.23 evidencia o aumento dos rendimentos da JPDA em 2017, que subiu 88,5% para 422 milhões de USD em 2017, em comparação com os 224 milhões de USD em 2016. O saldo da conta de rendimentos primários ascendeu a 24% do PIB não-petrolífero em 2017, face aos 13% de 2016.

Gráfico 2.24

TL Conta de Rendimentos Primários



Fonte: BCTL

2.5.1.4. Conta de Rendimentos Secundários

Os rendimentos secundários registaram uma saída líquida de recursos de 61 milhões de USD, em 2017, justificada pela redução dos desembolsos de doações para o apoio directo ao orçamento do estado de 35,2%, para 119 milhões de USD, e de uma desaceleração na saída líquida de remessas de trabalhadores de 12,7% para 263 milhões de USD (quadro 2.11).

Quadro 2.11. Remessas de Trabalhadores

Em milhões de USD

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Entrada	11	23	71	76	57	76	83
Saída	83	84	91	140	124	233	263

Fonte: BCTL

2.5.2. Fluxos Financeiros

A conta financeira registou uma saída líquida de fundos de 509 milhões de USD

No período em análise, a conta financeira, que inclui os fluxos relativos a fontes de financiamento externo da economia, registou uma saída líquida de fundos de 509 milhões de USD, cerca de 29% do PIB não-petrolífero, que corresponde a uma melhoria do défice da conta de 25 milhões de USD. A evolução da conta financeira continua a ser determinada pelos fluxos de investimento de carteira, que registou uma saída total de 340 milhões de USD (menos 350 milhões de USD do que em 2016). A redução da produção petrolífera no mar de Timor, seja com um aumento do preço do petróleo em 2017, em conjunto com os levantamentos de capital do fundo petrolífero para financiar o Orçamento do Estado, resultaram na manutenção da diminuição líquida dos activos externos do país em 2017, de facto regista uma ligeira melhoria. (quadro 2.11).

Quadro 2.12. Fontes de Financiamento

Em milhões de USD

	2016	2017
Conta de Operações Financeiras	485.48	475.24
Investimento directo em Timor-Leste	-7.19	6.72
Investimento de carteira	690.06	340.39
d/q. investimento do FP nos estrangeiros	690.06	340.39
Outro investimento, activos	-200.52	86.92
Outro investimento, passivos	3.13	41.22

Fonte: BCTL



O sistema bancário em Timor-Leste manteve-se estável e sólido durante o período em apreço. O sistema bancário continua a ser financiado com base em depósitos, emprestando apenas uma parcela destes recursos a empresas e particulares, pelo que, no seu conjunto, o sistema bancário é superavitário.

O sistema bancário continuou estável em 2017

2-6

Desenvolvimento do Sistema Bancário em Timor-Leste

2.6.1. Estrutura Patrimonial

2.6.1.1. Evolução e Estrutura do Activo

Nos quadros e gráficos em baixo, disponibilizam-se um conjunto de informações sobre o sistema bancário do país, o qual era constituído, no final de 2017, por um banco sediado em Timor-Leste — o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste — e quatro agências bancárias de quatro importantes

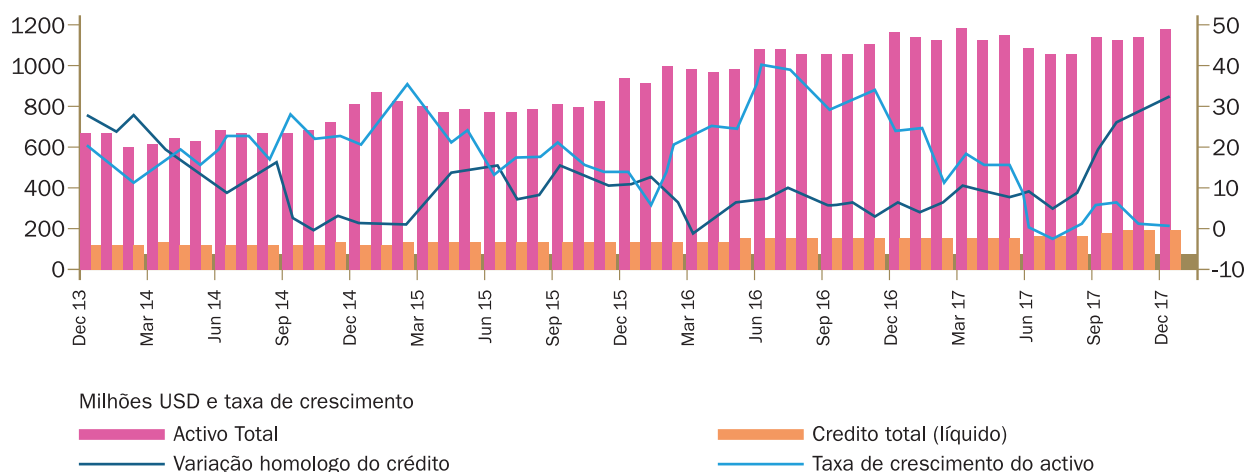
Os activos bancários aumentaram cerca de 1,8% face a 2016.

bancos, sediados em Portugal (CGD/BNU), Austrália (ANZ) e Indonésia (Mandiri e o BRI, o novo banco que foi concedida a licença de operação pelo o Banco Central no País em 2017).

O total de ativos do sistema bancário registou um crescimento de 1,8% em finais de 2017 (24% em 2016) para 1170 milhões de USD, tendo aumentado 21 milhões de USD em relação a 2016 (gráfico 24). Aquela evolução resultou, sobretudo, do aumento das aplicações efectuadas junto do Banco Central (54,1%), mas também do aumento do: crédito (líquido) (32,3%), dos activos tangíveis (31,6%) e dos outros activos (14,5%). Enquanto, a aplicação junto de outras instituições de crédito reduziu-se em -11,4%, e não houve aplicação nos investimentos durante o período.

Nota-se de que, a desaceleração da taxa de crescimento dos activos financeiros, em resultado da diminuição dos depósitos, principalmente, em boa parte, dos depósitos dos bancos comerciais em Timor-Leste aplicados noutras instituições de crédito no estrangeiro e/ou nas suas próprias sedes no estrangeiro.

Gráfico 2.25
Evolução do Activo

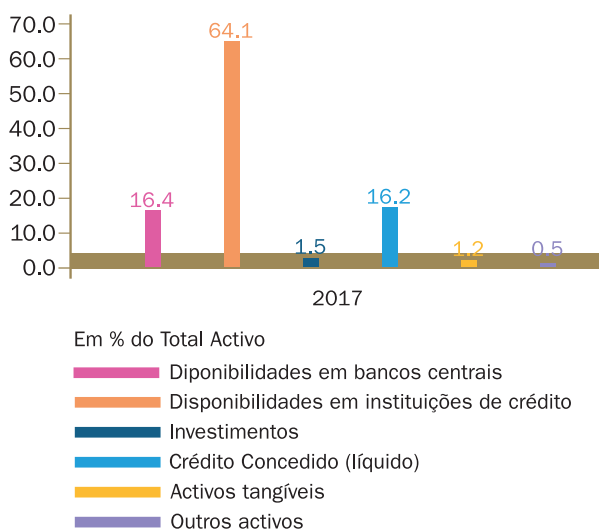


Fonte: BCTL

As aplicações efectuadas noutras instituições de crédito continuam a dominar os activos bancários.

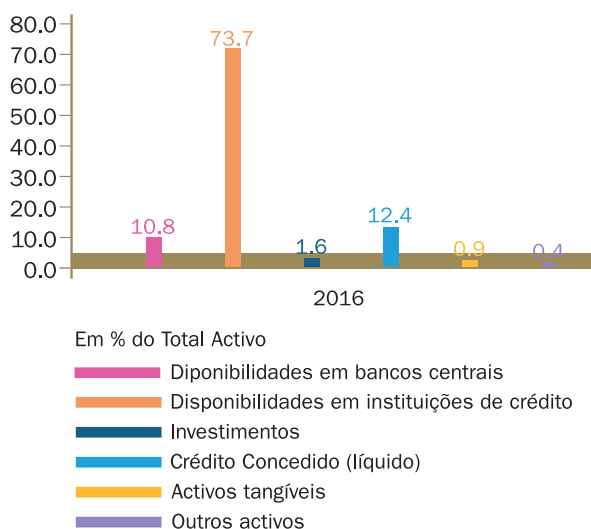
A aplicação de activos junto de outras instituições de crédito, apesar de diminuindo, no entanto continua a dominar a estrutura dos activos bancários, o seu peso voltando a diminuir, representa 64,1% do total dos activos (750 milhões de USD) em finais de 2017, contra os 73,7% (847 milhões de USD) registados em 2016 (gráfico 2.26).

Gráfico 2.26.a
Estura do Activo



Fonte: BCTL

Gráfico 2.26.b
Estura do Activo



Fonte: BCTL

Os depósitos junto do Banco Central passou a ocupar a segunda posição na estrutura de activo, por contrapartida dos créditos concedidos ao sector privado. Em Dezembro de 2017 o valor global das disponibilidades aplicadas no Banco Central de Timor-Leste ascendeu a 192 milhões de USD, o que corresponde a 16,4% do total do activo patrimonial, tendo registado um aumento de 54,1% face a Dezembro de 2016.

A carteira de créditos bancários (líquidos), passaram a ocupar a terceira posição, porem o seu peso do total dos activos em finais de 2017 aumentou em 16,2%, face aos 12,4% alcançados em finais de 2016.

Quadro 2.13. Estrutura dos Activos dos Bancos Comerciais

Em milhões de USD

	Dez 16	Dez 17	Peso	Variação	
				%	Valor
Disponibilidades em bancos centrais	124	192	16.4	54.1	67
Disponibilidades em instituições de crédito	847	750	64.1	-11.4	-97
Investimentos	18	18	1.5	0.0	0
Crédito Concedido (líquido)	143	189	16.2	32.3	46
Activos tangíveis	11	14	1.2	31.6	3
Outros activos	6	7	0.6	14.5	1
Total	1149	1170	100	1.8	21

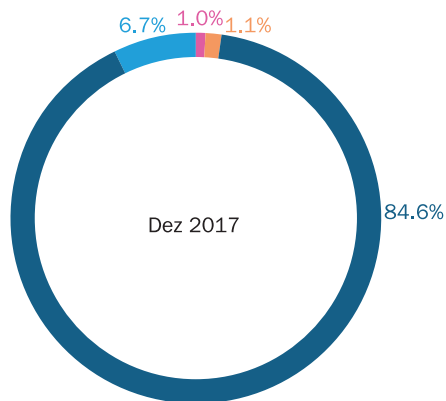
Fonte: BCTL

2.6.1.2. Passivo

A captação de depósitos continua a representar a maior fonte de recursos das instituições de crédito, tendo registado um aumento do seu peso no passivo de 4,8% para 84,6% em Dezembro 2017 em comparação com 79,8% em Dezembro 2016 (gráfico 2.26). Em termos de variação nominal, os depósitos captados pelo sector bancário aumentaram 7,9% face Dezembro 2016.

Em 2017, os recursos obtidos do Banco Central registaram uma redução de 87,6%, em comparação com um crescimento de 22,1% registado em 2016, como o resultado, se tenha observado uma descida do seu peso no total do passivo, dos 7,9% de 2016 para 1% em Dezembro 2017. Por outro lado, os depósitos recebidos de outras instituições de crédito registaram um declínio de 54,6% em Dezembro 2017, face um aumento significativo de 141,6% registada em 2016.

Gráfico 2.27.a
Estrutura do Passivo Elegível

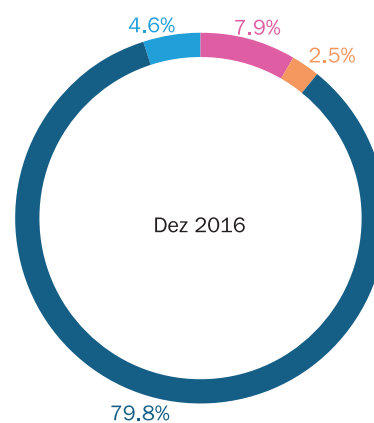


Em percentagem do Total Crédito

- Devido ao BCTL
- Depósitos
- Depósitos de outros bancos
- Outros

Fonte: BCTL

Gráfico 2.27.b
Estrutura do Passivo Elegível



Em % do Total Passivo

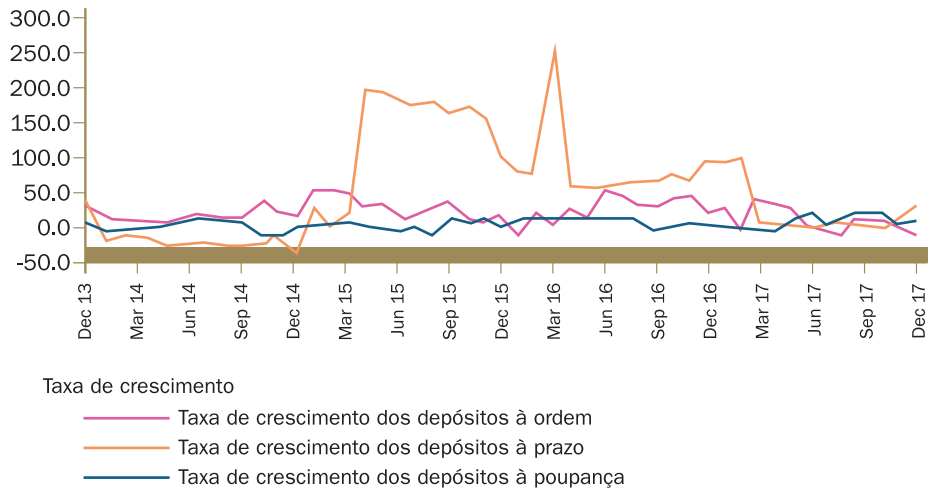
- Devido ao BCTL
- Depósitos
- Depósitos de outros bancos
- Outros

Fonte: BCTL

O crescimento dos depósitos à prazo ultrapassou as do depósitos à ordem durante 2017

As taxas de crescimento dos depósitos à prazo ultrapassou as do depósitos à ordem durante 2017, registando um valor de 34,6% face a 2016. Por outro lado, os depósitos à ordem registaram uma taxa de crescimento negativa em 2017, diminuindo 2,4% no final do ano em termos homologos.

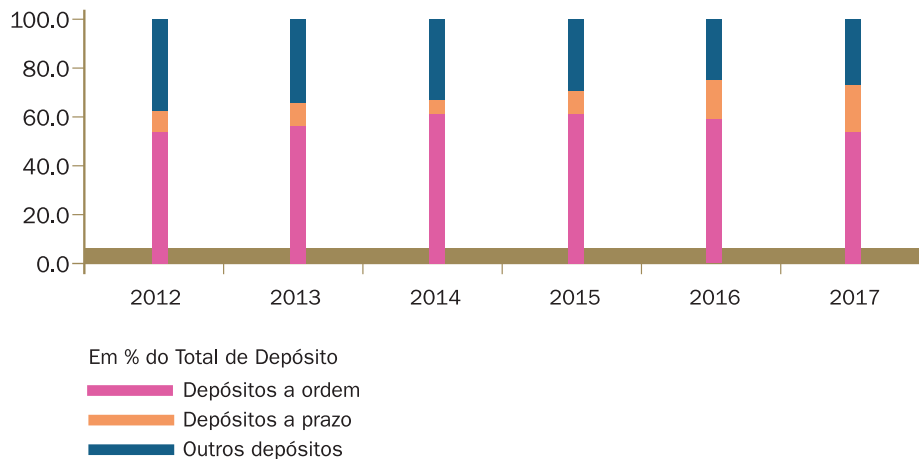
Gráfico 2.28
Evolução dos depósitos



Fonte: BCTL

A estrutura dos depósitos continua a registar as tendências registadas nos anos anteriores. Os depósitos “à vista” continuaram a representar a maior componente do total de depósitos, atingindo cerca de 54,7% do total, apesar de terem registado uma ligeira redução face Dezembro de 2016 (60,5%). Os depósitos de poupança, representavam, por sua vez, cerca de 26,2% do total de depósitos no final de 2017, face aos 24,2% de 2016. O montante aplicado em depósitos a prazo continuou a aumentar substancialmente, ascendendo a 19,2% do total de depósitos captados, em comparação com os 15,4% do ano anterior.

Gráfico 2.29
Estrutura dos Depósitos



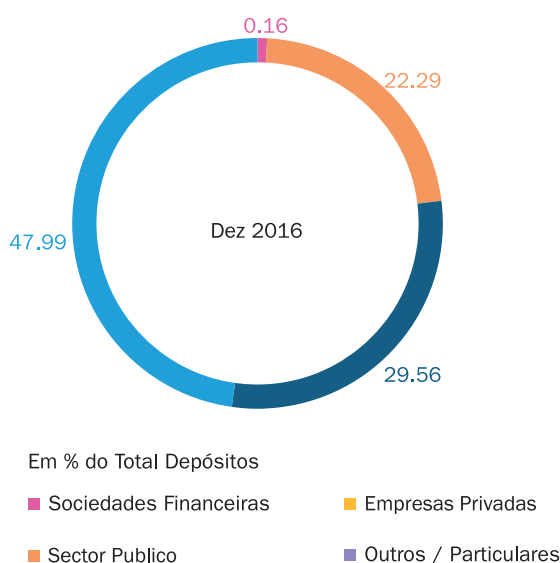
Fonte: BCTL

A estrutura revela que os depósitos de particulares continuam a representar a maior componente dos depósitos captados

Relativamente aos depósitos detidos por residentes, não houve alterações significativas em termos de composição, com os depósitos de particulares a continuar a representar a maior componente dos depósitos captados, aumentou a sua importância de 48% em 2016 para 50,5% do total em Dezembro de 2017 (gráfico 2.29). Os depósitos de empresas privadas mantiveram a segunda posição na estrutura de depósitos, com um peso de 30 (+0.4% face a 2016). Porém os depósitos do sector Estado registaram um aumento de apenas 25,8 milhões de USD em relação ao Dezembro de 2016. No final de 2017, os depósitos do Estado desacelerou à 193,4 milhões de USD, ou 19,5% do total, o que correspondeu a um decréscimo de 2,8% em relação a 2016.

Gráfico 2.30.a

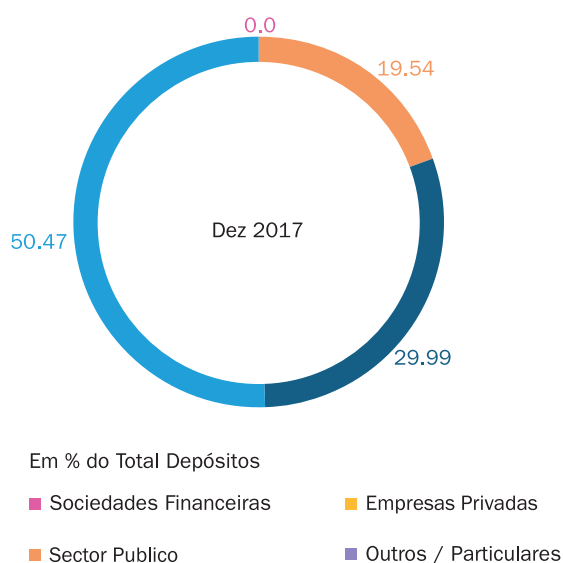
Estrutura do Depósitos de residentes



Fonte: BCTL

Gráfico 2.30.b

Estrutura do Depósitos de residentes



Fonte: BCTL

2.6.1.3. Rentabilidade

As receitas dos bancos foram constituídas por juros e comissões cobradas aos seus clientes, que ascenderam a um total de 41,6 milhões de USD. Este valor corresponde a um crescimento anual de 19%, ou de 6,6 milhões de USD.

Em resultado da sua actividade, os bancos apresentaram os seguintes resultados em 2017 (os valores de 2016 destinam-se a facilitar a comparação):

Quadro 2.14. Resultados das Actividades Bancárias

Em milhões de USD

	Dec 16	Dec 17
Rendimento Bruto	34.93	41.57
Rendimento líquido antes de impostos	13.21	16.87
	0	0
Impostos sobre o rendimento	1.31	1.00
	0	0
Rendimento líquido depois de Impostos	11.89	15.78

Rendimento em % dos activos	Dec 16	Dec 17
Juros recebidos de bancos	0.73%	0.54%
Juros de investimentos 'overnight'	0.00%	0.00%
Juros e taxas derivados de empréstimos	1.71%	1.62%
Outros juros recebidos	0.32%	0.34%
Outros rendimentos operacionais	2.76%	1.31%

Fonte: BCTL

O rendimento relativamente aos activos envolvidos (o ROA, ou Return On Assets) subiu para 1,4% em 2017, face aos 1,04% de 2016. O incremento do RoA fica a dever-se sobretudo ao aumento do valor das receitas brutas equivalente a 6,6 milhões de USD. Em termos de determinantes, o aumento do RoA decorreu do aumento das taxas de juro recebidas das aplicações noutros bancos e dos empréstimos em 2017, quando consideradas em percentagem dos activos bancários. Os bancos continuam a manter rácios de liquidez superiores aos exigidos pelo Banco Central.

2.6.2. Serviços de Transferência

2.6.2.1. Serviços de Transferência de Dinheiro (MTS)

As transferências para o exterior ascenderam a 1,5 bilhão de USD.

Durante o período de 2017, os serviços de transferência de dinheiro, reportados pelo os bancos comerciais que operam em Timor-Leste, registaram um total de transferências para o exterior de 86,2 mil transações, com um valor nominal de 1,5 bilhão de USD, representando uma redução de 9,4% em relação a 2016. Por seu lado, as transferências provenientes do exterior totalizaram 12,4 mil operações, com um valor nominal de 590,0 milhões de USD, o que representa uma redução de 36,3% em relação a 2016.

2.6.2.2. Operadores de Transferência de Dinheiro (MTO)

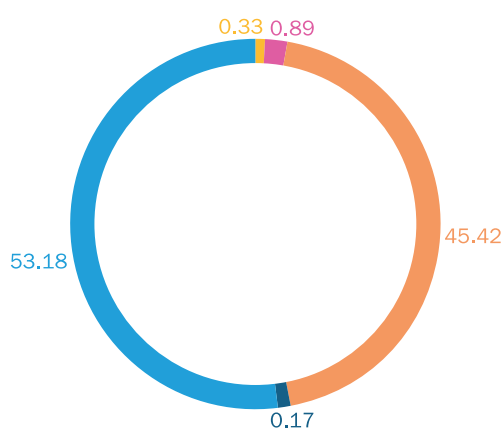
Os MTOs registaram um total de transferência externas de 128,6 milhões de USD

Em 2016, este sector registou um valor total de transferências para exterior de 128,6 milhões de USD, enquanto as transferências provenientes do exterior registaram um montante de 51,8 milhões de USD. Estes valores representam taxas de crescimento anuais de 7,1% e 24,8%, respectivamente. Note-se ainda que as transferências pessoais, continuaram a representaram o maior contributo para o crescimento de ambos os tipos de transferência (para (18%) e provenientes (52%) do exterior). Em termos de destino, a maior parte das entradas foram provenientes da Europa, responsáveis por uma contribuição de 24,1%, para o crescimento de 2017. Estes fluxos foram maioritariamente explicados pelo envio de remessas de trabalhadores timorenses a residir e trabalhar na Europa. As saídas de remessas foram, na sua maior parte, encaminhadas para a região da Ásia Pacífico (17,9%), especialmente para a Indonésia (17,8%), ocupa 75,8% do total remessas, que beneficiou assim das remessas de cidadãos indonésios a residir e a trabalhar em Timor-Leste.

O gráfico 2.31 apresenta o peso das transferências efectuadas por cada setor por recurso aos operadores de transferência de dinheiro em 2017.

Gráfico 2.31.a

Transferência para o Exterior



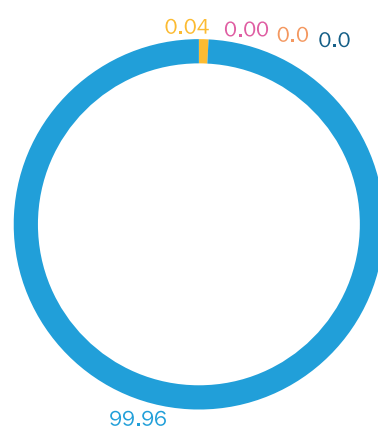
Em percentagem do total transferência

- Setor público
- Empreza privada
- ONG
- Indivído
- Outros setores

Fonte: BCTL

Gráfico 2.31.b

Transferência proveniente do Exterior



Em percentagem do total transferência

- Setor público
- Empreza privada
- ONG
- Indivído
- Outros setores

Fonte: BCTL